

A Fixação de Terminologia na Tradução Especializada

Anabela Pereira Mendes do Nascimento

Relatório de Estágio
do
Mestrado em Tradução
Área de Especialização em Inglês

31 de março de 2016

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Mestre em Mestrado em Tradução, realizado sob a
orientação científica da Prof^a Doutora Karen Bennett.

Versão revista e corrigida após provas públicas.

A Fixação de Terminologia na Tradução Especializada

Anabela Pereira Mendes do Nascimento

PALAVRAS-CHAVE: terminologia, tradução especializada, fixação de terminologia, tradução jurídica, recursos terminológicos.

RESUMO

Em face da globalização, a gestão da terminologia, enquanto conjunto de termos de uma determinada área do saber, é uma questão emergente, à medida que a tradução de textos especializados ganha peso e relevância na quantidade total de textos traduzidos em todo o mundo. Este relatório tem por objetivo analisar qual a diferença entre palavra e termo, quem fixa a terminologia utilizada em áreas específicas, quais as entidades responsáveis pela standardização terminológica, qual a importância da terminologia para os tradutores, e quais os recursos disponíveis ao tradutor atual para produzir um produto consistente e adequado terminologicamente. No seguimento de um estágio numa empresa de tradução, conclui-se que existem múltiplos fatores que contribuem para e intervêm no processo tradutório, tais como a especificidade do domínio, o cliente ou as próprias competências do tradutor. As ferramentas TAC, as bases de dados e as bases de termos desempenham, igualmente, um papel determinante. No presente trabalho, pretende-se ainda analisar as potencialidades e limitações de uma base de termos jurídicos desenvolvida no âmbito do estágio. Presentemente, o tradutor pode recorrer a uma infinidade de recursos *on-line*, mas o debate sobre a sua real eficácia e adaptabilidade às necessidades do tradutor técnico não está encerrado.

Fixing Terminology in Specialized Translation

Anabela Pereira Mendes do Nascimento

KEYWORDS: terminology, specialized translation, fixing terminology, legal translation, terminological resources.

ABSTRACT

Managing terminology is a rising need in a globalized world. As the number of specialized texts produced and translated increases all over the world, English becomes more and more a *lingua franca*, and it is imperative to use the one term corresponding to one concept. This paper aims to address questions such as: the difference between word and term; how terms used in special domains are fixed; the bodies that have authority to standardize terminology; its relevance to translators; and the resources available to help translators present a terminologically consistent and suitable product. Following the practice in an internship in a translation agency, it was observed that multiple factors contribute and intervene in the translation process, such as the domain specificity, the client, and the translator's abilities. CAT tools, data banks and term banks also perform an important role. A term base of legal terms was created during the internship and its pros and cons were evaluated in this paper. At the moment, translators have an infinity of *on-line* resources, but there's an ongoing debate about their real usability and suitability to modern translators' needs.

ÍNDICE

Introdução	1
1. Local de Estágio	3
1.1. Descrição da Empresa	3
1.2. Metodologia de Trabalho	4
1.3. Trabalho Realizado em Contexto de Estágio	5
2. Problemáticas Inerentes à Fixação de Terminologia na Tradução Especializada ..	6
2.1. Para uma Definição de Tradução Especializada e de Terminologia	6
2.1.1. Palavra vs Termo	9
2.2. Enquadramento Teórico	10
2.3. Natureza do Texto Jurídico	12
3. A Fixação da Terminologia em Contexto de Trabalho numa Empresa de Tradução	15
3.1 Estandardização	15
3.1.1. Estandardização em Contexto de Empresa de Tradução	17
3.2. O Papel do Cliente	18
4. Recursos Terminológicos para o Tradutor Técnico	20
4.1. Dicionários, Glossários, Bases de Termos, Fontes <i>On-line</i>	20
5. Realização de uma Base de Dados numa Ferramenta TAC	25
5.1. Para uma Justificação da Escolha da Área Jurídica	25
5.2. Análise Descritiva do Processo de Criação de Entradas de Termos	27
Conclusão	31
Referências Bibliográficas	36
Anexo A: Captura de Ecrã do Formulário Terminológico para Consultar o Cliente – <i>Query Template</i>	i
Anexo B: Capturas de Ecrã de Entradas Bilingues da Versão Eletrónica da Base de Termos Elaborada na Ferramenta TAC <i>Multiterm</i>	ii
Anexo C: Documento em Formato <i>Word Dictionary</i> Resultante de uma Operação de Exportação da Ferramenta TAC <i>Multiterm</i>	iii

INTRODUÇÃO

Este relatório de estágio visa abordar algumas questões relacionadas com a fixação de terminologia no âmbito da tradução especializada. Aquando do transporte de informação de uma determinada língua para outra em áreas do saber muito concretas, através da atividade tradutória, é expectável a utilização de linguagem inerente a essas áreas, o que é geralmente designado de “terminologia”.

Cada língua encerra toda uma cultura, uma vivência única. Silva discorre sobre o que remete para “a distinção rigorosa que, num setor profissional, se estabelece entre o significado de palavras usadas na linguagem corrente”. Ele continua, dando o seguinte exemplo:

Para um jurista, é essencial distinguir entre os conceitos denotados pelas palavras *roubo* e *furto*. No âmbito da sua atividade, estas palavras referem realidades distintas, que é necessário nomear de modo igualmente distinto. *Roubo* e *furto* designam o ato de subtrair ou de se apropriar indevidamente de um determinado bem que não lhe pertence; todavia o *roubo* implica violência ou ameaça, e o *furto* não. (253)

O autor explica que, no léxico comum, os dois termos são utilizados de forma indiferenciada com o significado de “apropriação ilegal de um bem”. Verifica-se que, na maior parte das vezes, a palavra “roubo” é a única utilizada, mas que no léxico comum nunca se estabelece a oposição roubo/furto crucial no exercício do direito.

Ainda no âmbito jurídico, o termo inglês “termination”, em relação a um contrato, pode ser traduzido por termos tais como “cessação”, “denúncia”, “rescisão”, “revogação” ou “resolução”. Cada um destes termos configura uma realidade diferente dentro da jurisprudência portuguesa, pelo que se exige uma contextualização adicional para se poder selecionar o termo que produza o mesmo efeito, ou desempenhe a mesma função no Texto de Chegada (TC) que desempenhava no Texto de Partida (TP).

Quer se trate de procedimentos médicos, de instruções de *software* ou de disposições legais que regulem, por exemplo, o arrendamento, em terminologia as expressões linguísticas foram alvo de uma redução semântica, uma normalização ou standardização, para designar aquele conceito e nenhum outro. A palavra passa a termo, veículo de intenção comunicativa específica da área a que se reporta.

No presente relatório de estágio objetiva-se abordar algumas teorias da história da terminologia, desde a noção de ferramenta de trabalho de especialistas a representação do mundo, meio específico de comunicação e reutilização de conhecimento. A terminologia tem-se revelado um conceito em expansão, com profundas implicações com a ontologia, a linguística, designadamente, a semiótica e a pragmática, a sociologia, a ciência cognitiva e a comunicação. Porém, por restrições de tempo e de espaço, o presente trabalho não tem a pretensão de ser exaustivo nesta matéria.

Pretende-se ainda analisar o processo de fixação da terminologia, bem como quem estabelece a correspondência entre determinado termo e o conceito para o qual este remete, ou seja, quem tem a autoridade para decidir que determinado termo corresponde a determinado conceito, se esta correspondência é sempre pacífica ou se por vezes se equaciona a competição entre termos concorrentes. Objetiva-se verificar qual a diferença entre palavra e termo e se as unidades terminológicas são apenas fixadas pela área em que o texto de partida se insere ou se existem outras condicionantes. Por exemplo, como esse processo se verifica em contexto de empresa de tradução, averigua-se se os clientes têm um papel relevante na fixação da terminologia e de que formas intervêm no processo.

Por outro lado, a Tradução Jurídica será alvo de reflexão especial. A especificidade do seu registo e discurso inscreve-a na tradução técnica, mas a sua essência parece inscrevê-la nas humanidades.¹ Desta forma, a Tradução Jurídica apresenta-se como um produto com características muito peculiares dentro da tradução especializada. A partir desta reflexão, ao longo do estágio, a candidata realizou uma base de termos jurídicos previamente fixados no par de línguas inglês/português, utilizando para tal uma ferramenta TAC. O glossário resultante deste exercício encontra-se em anexo.

Neste relatório pretende-se ainda analisar quais são algumas das ferramentas disponíveis ao tradutor para pesquisar a tradução de um termo e verificar a fiabilidade do mesmo, salientando-se, nomeadamente, o papel das bases de dados europeias e internacionais, dos dicionários técnicos, das ferramentas TAC e das associações profissionais.

CAPÍTULO 1

Local de Estágio

It ... seems logical for centres of higher education to take charge of the training of terminologists and other terminology professionals, with practical internships in the workplace, so that students can experience real work firsthand and become acquainted with the conditions in which they will later exercise their profession.

Cabré 21

O presente estágio decorreu no âmbito da Componente Não Letiva do Mestrado em Tradução, Área de Especialização em Inglês da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, e foi realizado na empresa Kennistranslations, SA entre os meses de setembro de 2015 e março de 2016.

1.1. Descrição da Empresa

A Kennistranslations, SA teve origem na empresa 100 Folhas – Produções Culturais e Consultoria, Ltd., a qual foi integrada em 2009 no grupo KennisGuild, do que resultou o *rebranding* da empresa, bem como a implementação de estratégias com vista à expansão, modernização e internacionalização dos serviços prestados. Atualmente, a Kennistranslations, SA é uma empresa com grande presença no mercado nacional e internacional e oferece serviços de Tradução, Revisão, Terminologia, Legendagem e Interpretação, abrangendo um amplo leque de áreas e de textos com os quais o tradutor especializado se confronta, nomeadamente, as artes, a indústria farmacêutica, a medicina, a biologia e a engenharia, para mencionar apenas algumas. A pluralidade da oferta de serviços e dos pares de línguas de trabalho contribui para o sucesso da empresa, a qual aposta em profissionais da tradução com competências para além das linguísticas - tradutores especializados - o que resulta em serviços de grande qualidade que promovem o bom nome da empresa.

No decurso do estágio, os *partners* da empresa evidenciaram um grande espírito de colaboração, de comunicação e frontalidade, qual expressão da política de trabalho da Kennistranslations, visando a qualidade e a excelência do tradutor individual, bem como da empresa. Esta disponibiliza todos os meios necessários à integração, autonomia e progressão da carreira dos seus colaboradores, oferecendo ainda formações profissionais àqueles que desejem ampliar os seus conhecimentos na área da gestão de projetos de tradução, oferta que foi extensível aos estagiários.

A Kennistranslations mantém um registo pormenorizado de colaboradores e tradutores, especificando os seus pares de línguas de trabalho, bem como as suas áreas de especialização.

1.2. Metodologias de Trabalho

O estágio teve a duração de 400 horas, realizadas entre os meses de setembro de 2015 e março de 2016, em regime de trabalho à distância, mas também em trabalho presencial, com a orientadora do estágio junto da empresa, a Mestre Carina Ribeiro. A estagiária desempenhou diversos trabalhos de tradução especializada, ou técnico-científica, em diversas áreas, os quais foram objeto de revisão por parte dos revisores e *partners* da empresa. Na execução dos trabalhos, aplicaram-se os conhecimentos teóricos adquiridos durante a Componente Letiva, bem como novos conhecimentos e competências tradutórias adquiridos durante a realização do estágio.

Devido ao facto de a maior parte das traduções ser executada em casa, requereu-se a utilização recorrente de equipamentos com acesso à internet. A empresa envia e recebe os trabalhos através do seu sistema interno (Intranet), mas a comunicação entre a estagiária e os *partners* da empresa, especialmente a orientadora, pôde ser realizada através de mensagens de correio eletrónico, ou outros dispositivos que permitam conversação e troca de documentos *on-line*, tais como o *Skype*. A metodologia de trabalho da empresa exige ainda a utilização de ferramentas de tradução assistida por computador (TAC), nomeadamente, o *software* SDL Trados, contemplado na Componente Letiva, e uma outra ferramenta propriedade de um dos clientes da empresa, a qual, por motivos de confidencialidade, não pode ser explicitada neste trabalho. Todas estas particularidades permitiram à estagiária o contacto com o mercado real de trabalho, a exploração dos conhecimentos teóricos e a ampliação dos mesmos.

A tradução de um texto na Kennistranslations resulta do trabalho de uma equipa: o gestor de projeto, o(s) tradutor(es) e o(s) revisor(es). Ademais, dessa equipa faz igualmente parte o cliente, o qual pode ser consultado ao longo da execução do projeto sempre que tal seja pertinente para clarificar alguns aspetos do texto, em particular, da terminologia, como releva para o caso.

1.3.Trabalho Realizado em Contexto de Estágio

Conforme acima mencionado, o trabalho desenvolvido durante a realização do estágio prendeu-se com a tradução de textos técnicos, os quais se caracterizam pela ocorrência de vocábulos específicos da área em que se inserem. A tradução de tais termos acarreta uma preocupação acrescida com o rigor e a precisão da informação veiculada, pelo que se exige uma pesquisa cuidadosa dos termos, expressões, siglas e acrónimos encontrados. Para efeitos de consulta, a empresa Kennistranslations fornecia, junto com os textos a traduzir, memórias de tradução (MT), materiais de referência, glossários do cliente ou da empresa, bem como algumas instruções quanto à construção sintática de determinados textos. A pesquisa foi realizada ainda nos recursos descritos no ponto 4.

Ademais, a Kennistranslations possui um formulário próprio, designado *Query Template*, a fim de ser utilizado para anotar as dúvidas relativas à terminologia de um texto durante a tradução do mesmo, sendo posteriormente enviado ao cliente a solicitar esclarecimentos adicionais. Este formulário foi utilizado várias vezes ao longo do estágio e pode ser consultado no Anexo A.

A estagiária realizou ainda uma base de termos na área jurídica na ferramenta TAC *Multiterm* da SDL.

Os textos traduzidos pela estagiária perfizeram um total de cerca de 100 000 palavras, nos pares de línguas inglês-português, mas também espanhol-português e francês-português, dentre diversas áreas, nomeadamente, Information Technology (IT), Jurídica, Engenharia Mecânica, Farmacêutica, do que resultou uma experiência muito enriquecedora para a estagiária, quer a nível pessoal, quer a nível profissional.

CAPITULO 2

Problemáticas Inerentes à Fixação da Terminologia na Tradução Especializada

For a significant part of specialized vocabulary, imposing a terminological definition is problematic, because it is a fairly arbitrary decision to fix precise boundaries in a continuum. ...We only find strict terminological definitions when it is necessary to determine exact boundaries. Such a need arises in legal and scientific contexts.

ten Hacken 3

Olohan (247) menciona alguns teóricos que têm defendido que a Tradução Especializada é mais fácil (Jumpelt, Ortega y Gasset) devido a uma certa universalidade da linguagem utilizada nas áreas de especialização. Contudo, conforme demonstrado por este relatório, a utilização de vocabulário especializado pressupõe o conhecimento do mesmo, o qual tem de ser adquirido pelo tradutor. Na realidade, o vocabulário que configura a referida eventual facilidade pode tornar-se no maior desafio deste tipo de tradução.

2.1 Para uma Definição de Tradução Especializada e de Terminologia

A tradução técnico-científica é sinónimo de “specialized translation” ou de “translation of language for special purposes (LSP)” (Olohan 246). Neste sentido, pode-se entender “scientific and technical translation as the translation of texts from the domains of science and technology” (Olohan 246).

A tradução de material científico e técnico, ou seja, a Tradução Especializada, constitui grande parte do volume total de textos traduzidos a nível mundial. Voltando a Olohan (246), desde tempos imemoriais que a tradução de ciência consiste na passagem de testemunho, na disseminação de conhecimentos, numa forma móvel de cultura. No nosso século, este ponto de vista é ainda mais pertinente. O progresso científico e económico e a globalização exigem a troca constante de conhecimentos, requerendo uma simbiose perfeita entre a produção e a utilização dos mesmos. Esta exigência tem-se feito sentir nas competências e nas metodologias de trabalho do tradutor técnico. A natureza da evolução da linguagem técnica tem levado a que muitos tradutores atuais procurem adquirir formação em determinadas áreas, recorram a dicionários técnicos e tendam a especializar-se num número limitado de campos, os frequentemente apelidados de “nichos ideais”.

Sendo a tradução uma forma de comunicação, “technical communication ... seeks to help an audience understand a subject or to carry out a procedure, it helps people perform things quickly and safely, and may help readers avoid dangerous situations or making mistakes when using something” (Byrne 26). Um texto com um alto nível de especialização deve ser preciso, conciso e sistemático, utilizar terminologia monossêmica e inequívoca. No entanto, o discurso científico inglês pode caracterizar-se por construções sintagmáticas muito longas, com modificadores que podem ocorrer em posição pré e pós-nominal. Um exemplo retirado dos textos traduzidos no estágio, um manual de instruções, é o seguinte : “project specific electrical kit assy on site drawing”.² Neste caso, o núcleo é “drawing” e os modificadores encontram-se todos à esquerda do mesmo. São compostos por adjectivos (“project specific”,³ “electrical” “on site”) e por nomes (“kit assy”⁴) A tradução desta sequência foi “desenho do kit de montagem elétrico no local, específico do projeto”.

De referir ainda que a maior parte da produção de textos técnicos e científicos se realiza em Inglês, considerada a atual língua franca, qual Koiné grega dos períodos clássicos. Esta internacionalização coloca por vezes alguns problemas ao tradutor técnico, dado que alguns termos, dependendo da área em que se inserem, podem nem sequer requerer tradução. Esta situação é muito frequente na área de IT, em que termos como “login” ou “password”⁵ são amplamente conhecidos de qualquer utilizador de dispositivos informáticos, mas também ocorre no âmbito jurídico. Um termo que, normalmente, não requer tradução é “trustee”. Embora um dicionário jurídico apresente a sua possível tradução como “depositário de bens de penhora” (Andrade 466) e o IATE apresente traduções como “administrador”, “mandatário”, “curador” ou fiduciário”, é usual a manutenção do termo inglês, principalmente, na subárea financeira.

No que respeita ao que se entende por Terminologia, é necessário partir da premissa de que, até à data, não existe consenso entre os teóricos quanto às suas delimitações concretas. Ao longo dos anos, o debate tem girado em volta de várias questões, tais como se é uma disciplina autónoma, uma matéria teórica, um domínio interdisciplinar ou apenas um conjunto de práticas. Segundo Bowker (286), a terminologia assenta em três noções fundamentais: conceito (unidades de pensamento utilizadas para organizar o conhecimento e a perceção do mundo); definição (uma ponte que liga o conceito ao termo que o designa); e termo (entidade conceptual, propriedade, atividade ou relação que constitui o conhecimento num domínio particular).

Alguns dicionários *on-line* atuais, tais como o Merriam Webster ou a Infopédia definem-na como:

- “the technical or special terms used in a business, art, science, or special subject” (Merriam Webster Dictionary) / “lista organizada dos termos técnicos usados numa ciência ou arte” (Infopédia);
- “nomenclature as a field of study” (Merriam Webster Dictionary) / “estudo dos termos técnicos usados numa ciência ou arte” (Infopédia).

É curioso que nenhum destes dicionários mencione o processo de designação de conceitos, embora a história demonstre que esse foi o passo embrionário. Wüster, considerado por muitos como o pai da Terminologia moderna, entendia a mesma como uma ferramenta para facilitar a comunicação especializada e eliminar a ambiguidade da comunicação técnica e científica por recorrer a unidades termo/conceito definidas de forma precisa (Bowker 287). Segundo Bowker, Terminologia “is concerned with the naming of concepts in specialized domains of knowledge” (286), sendo “a group of practices concerned with the collection, description, processing and presentation of concepts in a specialized field” (288).

Cabré, por seu lado, tem dedicado grande parte da sua investigação à criação de uma nova teoria segundo a qual conceptualiza a Terminologia atual como “an interdisciplinary field of enquiry whose prime object of study are specialized words occurring in natural language which belong to specific domains of usage” (*Terminology* 32). Segundo esta autora, Terminologia configura três significados diferentes, o que é corroborado por Kyo Kageura, que a descreve da seguinte forma:

- (1) the set of practices and methods used for the collection, description and presentation of terms;
- (2) the set of premises, arguments and conclusions required for explaining the relationships between concepts and terms (in other words, the theory of terminology) and (3) the vocabulary of a special subject field. (44)

A partir das definições acima apresentadas é possível concluir que Terminologia equaciona três conceitos distintos:

1. um processo de designação, uma metodologia prática;
2. uma disciplina, um campo de estudo teórico;
3. um produto, o conjunto dos termos utilizados numa área especializada;

Indiscutível é que a Terminologia estabelece relações de proximidade com várias disciplinas. De acordo com Santos e Costa,

the world, the interpretation of the world and the representation of the world are different things. Terminology bridges the last two precisely at the modeling stage where the specification of conceptualizations is still informal, combining the work of the expert, the terminologist and the knowledge engineer. (153)

Um domínio no qual a Terminologia tem inúmeras aplicações práticas é o da Tradução, em particular, o da Tradução Especializada, pelo que se depreende a grande relevância do tema para os tradutores, nomeadamente, para os tradutores técnicos no seu papel de “terminology intermediaries” (Cabré, *Terminology* 12).

No âmbito deste trabalho, a ênfase colocar-se-  na terminologia enquanto produto, conjunto dos termos técnicos utilizados numa determinada área de especialização.

2.1.1. Palavra vs Termo

Neste trabalho releva ainda fazer o contraste entre “palavra” e “termo”. Segundo Cunha e Cintra, “palavra” é uma unidade de som e de conteúdo, “uma unidade lexical pertencente a uma determinada classe. A esta unidade associa-se uma forma fonológica, um significado ou uma função gramatical, podendo sofrer variação flexional” (98). Inês Duarte (73) acrescenta que esta combinação   indissociável e que a relação entre o significado e a forma f nica exigem o conhecimento intuitivo dos falantes devido à sua natureza arbitrária, na maior parte dos casos. Mas, na realidade, poder-se-  dizer o mesmo em relação aos termos. “A word is a unit described by a set of systematic linguistic characteristics and has the property of referring to an element in reality. A term is a unit with similar linguistic characteristics used in a special domain” (Cabré, *Terminology* 35). O que constitui, então, a distinção entre ambos? Segundo Kageura (46), os termos são uma classe funcional das unidades lexicais. De acordo com o autor, “what makes some lexical units terms is their usage and social recognition within a given domain, subject or vocation” (47). Deste modo, para  l m da linguística, o termo tem uma natureza extralinguística, uma dimensão cognitiva e comunicativa. É a função que assume dentro do texto que o faz migrar da lexicologia para a terminologia. Cabré acrescenta que “pragmatics is the factor that most significantly differentiates terms from words. Pragmatically, terms and words differ with respect to their users, the situation in which

they are used, the topics they communicate, and the type of discourse in which they usually occur” (*Terminology* 36).

Além disso, ten Hacken afirma que os termos acrescentam alguma informação à linguagem geral no sentido em que remetem para conceitos específicos, os quais por sua vez, fazem parte do léxico mental de um grupo reduzido de falantes (6). Os termos diferenciam-se quanto ao tipo de utilizadores. O autor exemplifica a sua consideração com termos relacionados com a produção vinícola, na qual palavras como “grape” e “harvest” são conhecidas do público em geral, mas termos como “first pressing” e “flor” (uma camada protetora que se forma em cima do mosto) são representações de conhecimento específico, só reconhecidos por alguém com interesse particular na produção de vinho, no caso do primeiro, ou por um especialista na matéria, no caso do segundo.

Em resumo, o “termo” distingue-se da “palavra” quando assume uma função específica, quando equaciona um conceito dentro de um conceito, reconhecido por um determinado grupo social, disciplina ou profissão. Esta conclusão é reiterada pela estreita relação da terminologia com a tradução técnica ou especializada, cujos textos são também funcionais, “task-oriented tools aimed at a particular group or groups of people” (Byrne 27) Assim, podem-se enumerar as principais características dos termos: são, predominantemente, nomes; tendem para uma certa rigidez na representação dos conceitos; tentam evitar ambiguidades; recorrem com frequência a empréstimos, nomeadamente, em áreas tais como IT (inglês) e Jurídica (inglês e latim) (Kageura 48,49); têm um sentido estritamente denotativo; e são reconhecidos por um grupo específico de pessoas.

2.2. Enquadramento Teórico

Na década de 1930, Wüster consciencializou-se das questões emergentes na prática de métodos de compilação e de standardização de termos e, na sua dissertação de doutoramento, defendeu métodos de trabalho sistemáticos em terminologia, estabeleceu alguns princípios para trabalhar com termos e delineou os principais pontos de uma metodologia para processar dados terminológicos. Só mais tarde, em resultado de profunda reflexão sobre o seu processo de trabalho, durante a elaboração de um dicionário, despontaram preocupações de ordem teórica.⁶ Wüster está na origem de uma das mais influentes teorias da terminologia, a Teoria Geral da Terminologia (TGT). O principal

objetivo desta teoria era a standardização. Numa abordagem onomasiológica, partindo do conceito para o termo, Wüster propõe-se fixar o conceito, numa primeira fase, e depois standardizar a sua designação.

Segundo Briones, “en la actualidad, la terminología se debate entre los principios de la Teoría General de la Terminología (TGT) y la búsqueda de nuevos caminos que den cuenta de la complejidad de las unidades terminológicas en el marco de la comunicación especializada” (340). Esta complexidade não prescinde da ontologia (a natureza das coisas), da lógica nem da pragmática, pelo que a tendência evoluiu no sentido de uma nova orientação que se afasta da terminologia enquanto lista de termos e se inclina para a função e a receção dos textos especializados.

Para alguns teóricos, a TGT apresenta-se como insuficiente devido ao seu carácter reducionista, com uma finalidade meramente normativa e metodológica, encarando a terminologia apenas como ferramenta de trabalho. A sua abordagem prescritiva acabou por ficar aquém das necessidades de uma teoria da terminologia verdadeiramente abrangente, ou seja uma teoria que esteja à altura de adicionar “a communicative dimension to terminology, with the consequence that terms are now studied in texts rather than being considered as context independent labels” (Bowker 287).

Por conseguinte, na esteira de nomes como Sager, Temmerman e Byrne, cujos modelos cognitivos e sociológicos de construção e comunicação do conhecimento⁷ têm vindo a ganhar aceitação, Cabré formula uma nova conceção, uma teoria dos termos, em que estes são unidades com três vertentes: linguística/semiótica, cognitiva e comunicativa. Esta teoria permite a passagem da unidade terminológica de um campo para outro, explicando a sua mobilidade do léxico comum para o léxico especializado e vice-versa. Está assim delineada a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT).

Este trabalho não pretende ser exaustivo em termos de teoria da terminologia, mas antes realçar que o debate sobre o tema não está encerrado. A moderna teoria da terminologia é um campo de estudo relativamente recente, cujo desenvolvimento só ocorreu a partir da segunda metade do século XX. Como tal, existe muita margem para reflexão e abordagens adicionais. E se “today terminology continues on the course laid out by society’s needs” (Cabré, *Terminology* 14), na sociedade atual, em constante mudança, é expectável que novas necessidades ditem outras propostas, outras abordagens.

2.3. Natureza do Texto Jurídico

Segundo Wagner, Sin e Le Cheng (33), o Direito modela o conhecimento dentro de uma língua e cultura específicas. A produção de conceitos está vinculada à consideração social e ao Direito, não podendo ocorrer isoladamente. Desta forma, a tradução de textos jurídicos lida com o valor intrínseco do conceito em questão e o tradutor jurídico tem de levar em consideração a norma social da língua de partida. O Direito apresenta-se como uma instituição, simultaneamente, linguística e social. Ainda segundo os mesmos autores, “law refers to the diversity of former and actual social and professional practices. ... Law is embodied in language and thus language is the instrument and foundation of Law” (32).

A tradução jurídica não implica apenas a transferência de sentido de uma língua para outra, mas também a transferência do conceito de um sistema jurídico para outro sistema jurídico, cujas bases podem assentar em noções completamente diferentes.⁸ Por exemplo, o conceito de casamento pode divergir de cultura para cultura, podendo estar em causa conceitos tais como os de monogamia ou poligamia, para mencionar apenas alguns.

A dicotomia Direito/Cultura é corroborada por Ramos:

The culture-bound and evolving nature of most legal concepts, the complexity of their semantic layers and the various degrees of asymmetry between their native legal systems and sources explain the added difficulty of terminological work in this area and the prominent attention devoted to it in Legal Translation Studies (LTS). (121)

Com base no exposto acima, parece que a tradução jurídica se insere num campo muito particular da tradução especializada, uma vez que se configura uma atividade com implicações profundamente sociais e culturais, que exige do tradutor jurídico o conhecimento não apenas da terminologia específica, mas também, e principalmente, do sistema jurídico em que se insere, das convenções a que está sujeito, dos conceitos veiculados, da construção sintática dos dois sistemas, da intenção comunicativa, das culturas de origem e alvo. A tradução jurídica parece mesmo contrariar uma certa norma de tradução, na qual a tendência é contribuir para uma “certain neutralization of the cultural peculiarities of specialized terminology” (Cabré, *Terminology* 23). Configura-se como uma tradução que exige a utilização de técnicas e metodologias específicas, mas que se afasta da “tradução técnica” e da “tradução científica” quanto à matéria que a enforma. Biel corrobora esta interpretação, uma vez que, segundo a autora, “in contrast to other types of LSP translation, such as medicine, science or technology, legal

translation tends to involve more culture-specific than universal components” (22). Por seu lado, Olohan aponta para uma “distinction to be made between ‘scientific and technical translation’, commercial translation, ‘legal translation’, etc.” (246), o que permite concluir que não estão na mesma categoria. A tradução jurídica, pelas implicações acima mencionadas, permite um raciocínio inferencial que a liga ao domínio das Humanidades, ou seja, a disciplinas relacionadas com as ciências sociais e humanas na sua diversidade cultural, linguística e religiosa. Além do mais, estes textos, sejam normativos (decreto-lei, regulamento, etc.), sejam vinculativos (contratos, procurações, etc.), têm um profundo impacto na vida das pessoas que são partes constituintes da relação jurídica, e um erro de tradução num documento deste tipo pode ter graves consequências.

Ruiz apresenta ainda algumas características inerentes ao discurso jurídico inglês, o qual se pauta pelo excesso de vocabulário técnico, por uma tendência para um estilo pomposo e arcaico, pelo recurso a vocábulos em latim, por estruturas sintáticas muito complexas e longas e por instâncias de gramática, de pontuação e de coesão inadequadas (72). O autor realizou um estudo comparativo entre os discursos jurídicos inglês e espanhol e, embora este último se regule por um “ornate style” (73) menos confiante que o inglês, ainda assim, e talvez à semelhança do português, resulta em falta de clareza. Para Ruiz (86) é necessário reformular o discurso jurídico, adotando uma linguagem e argumentos simples e claros, o que ainda parece utópico em vista do estatuto canónico dos textos jurídicos.

Outros constrangimentos da tradução técnica, em geral, prendem-se com a formatação dos textos, o *design*, o tipo de letra, a existência de gráficos, a disposição da página, o tipo e formato do ficheiro. “Most, if not all, ... cannot be changed during translation” (Byrne 27). Na tradução jurídica, em particular, estes constrangimentos podem relacionar-se, por exemplo, com a necessidade de respeitar a formatação em termos de numeração de cláusulas e subcláusulas, bem como explicitar informação manuscrita (assinaturas, rubricas ou numeração) ou contida em carimbos, logótipos ou selos.

Segundo Ramos (122, 123), a resolução dos problemas levantados pelos textos jurídicos começa com a adoção de uma abordagem funcionalista, definindo a estratégia tradutória geral, ou macrotextual, de adequação em relação ao *skopos*, o qual é determinado pelos componentes da situação comunicativa. Na esteira de nomes como

Christiane Nord, esta perspectiva coloca a ênfase na finalidade quer do TP quer do TC. É em função desta que o tradutor e o público-alvo criam expectativas quanto ao tipo de texto a produzir ou a receber, respetivamente. Ramos defende a aplicação de um modelo integrado que realize uma análise da situação comunicativa, do resumo da tradução e do enquadramento do processo de tradução (ex.: ramo jurídico) de acordo com os parâmetros do sistema envolvido. Numa segunda instância, é necessário definir estratégias de adequação microtextual com base nas necessidades e expectativas do público-alvo.

Em conclusão, a Tradução Especializada assume um papel relevante na sociedade atual na divulgação de conhecimentos das áreas de especialização. Embora possa parecer uma atividade relativamente fácil, o tradutor técnico tem de dominar a Terminologia, o conjunto dos vocábulos utilizados nessas mesmas áreas, a fim de produzir um texto adequado à intenção comunicativa do TP. Palavra e termo distinguem-se pelo carácter comunicativo e pragmático de que o último se reveste dentro de um contexto específico. A teoria da Terminologia tem evoluído no sentido de abraçar uma vertente mais comunicativa e sociocognitiva. Por seu lado, a Tradução Jurídica destaca-se no seio da Tradução Especializada em virtude da matéria com que lida, apresentando profundas implicações linguísticas e culturais. O estilo pomposo e arcaico do discurso jurídico tem marcas muito distintivas da cultura de origem, pelo que a sua tradução para uma outra cultura exige cuidados acrescidos.

CAPÍTULO 3

A Fixação da Terminologia em Contexto de Trabalho numa Empresa de Tradução

Particular emphasis will be placed on international institutional settings, since they constitute benchmarks in terminological work for international specialized communication and provide accessible resources (both multilingual corpora and terminology databases) produced under and for identifiable conditions....

Ramos 121

Este capítulo aborda os mecanismos internacionais que, ao longo dos tempos, têm atuado como normalizadores das designações de áreas especializadas e como estes se refletem nas traduções realizadas em contexto de empresa.

3.1. Estandarização⁹

Atividades relacionadas com a criação de terminologia remontam ao florescimento das ciências, a partir do século XVIII, particularmente no que diz respeito a pesquisas no campo da química, da botânica e da zoologia. Estas pesquisas, segundo Cabré,

exemplify the interest that the naming of scientific concepts has always had for the real protagonists – the specialists. Due to the growing internationalization of science in the 19th century the need for scientists to have at their disposal a set of rules for formulating terms for their respective disciplines became apparent. (*Terminology* 1)

Se por um lado, nos séculos XVIII e XIX, os protagonistas da criação, ou fixação, de termos são os cientistas, os quais têm a autoridade para designar novos conceitos da matemática, da física, ou novas espécies de animais e de plantas, no século XX são os engenheiros que assumem o principal papel nesta atividade. O progresso e a tecnologia crescentes exigem não apenas a designação de novos conceitos, mas a uniformização dos mesmos pela comunidade internacional.

Desde o século XIX que a necessidade de superar obstáculos à comunicação entre os especialistas se refletiu na preocupação em regular a terminologia das áreas em questão, resultando num processo de estandarização da correspondência entre conceitos e termos. Desde então, o constante fervilhar de novas realidades tem tornado cada vez mais premente a necessidade de estandarizar conceitos/termos numa sociedade cada vez mais interligada pela espiral dos meios de comunicação e da globalização.

A história revela que a preocupação com a estandarização cedo se manifestou aos mais altos níveis, tendo sido criada a Comissão Eletrotécnica Internacional (IEC) em 1904. Esta comissão tem operado no domínio exclusivo da engenharia elétrica e eletrónica,

regulando os métodos e orientações de desenvolvimento da produção desse campo, e mantém um comitê para a terminologia desde 1910. Mais recentemente, em 1973, foi criado o Comité Europeu de Normalização Eletrotécnica (CENELEC), órgão com 15 estados-membro que desenvolve padrões de engenharia elétrica, sob a alçada dos princípios da IEC.

Outro órgão particularmente relevante neste âmbito é a Organização Internacional de Normalização (ISO), fundada em 1946. Esta instituição teve origem no seu antecessor, a Federação Internacional das Associações Nacionais de Normalização (ISA), fundada em 1926 e extinta durante a Segunda Guerra Mundial. A ISO tem por objetivo facilitar a coordenação internacional e unificar os padrões industriais. Atividades terminológicas foram sempre conduzidas por estes órgãos, quer a ISA, quer a ISO. Nesta última, ganhou especial relevância o comitê para a terminologia, designado de Comité Técnico ISO/TC 37, dirigido por Wüster a partir de 1952.

Em termos gerais, “estandardização” refere-se ao processo de formular e aplicar regras para uma abordagem estruturada a uma atividade específica, tendo em conta as condições de funcionamento e os requisitos de segurança. No âmbito da terminologia, e deste trabalho em particular, refere-se à intervenção de determinado organismo ou entidade a fim de estabelecer preferências linguísticas de umas formas sobre as outras.

A estandardização de terminologia assume um papel preponderante na uniformização de produtos e de processos, uma vez que os especialistas expressam ideias e conceptualizam realidades através dos termos. Cabré apresenta a seguinte definição:

Standardization of terms is a complex process that entails a number of operations: the unification of concepts and concept systems, the definition of terms, the reduction of homonymy, the elimination of synonymy, the fixing of designations, including abbreviations and symbols, and the creation of new terms. (*Terminology* 200)

Da afirmação acima depreende-se que a estandardização é um processo muito abrangente, o qual envolve quase sempre comissões de peritos do campo disciplinar específico e terminologistas, detendo as primeiras a autoridade para regular e fixar as designações que devem corresponder a determinados conceitos. A autora continua afirmando que a criação dessas designações deve obedecer a critérios rigorosos, que levem em conta aspetos sociolinguísticos (ex.: utilização, a necessidade dos utilizadores), psicolinguísticos (ex.: idiossincrasias, cultura), e critérios formais de linguística, (ex.: boa formação de palavras ou motivação morfológica) (*Terminology* 200). Segundo Kageura, a “relative motivation in terminology facilitates effective learning and communication

within a specialized domain” (49). Por exemplo, é possível perceber a motivação subjacente a termos tais como “human translation”, “machine translation”, “cardiopulmonary resuscitation” ou “bladder wall perforation”.

Em suma, a standardização deve resultar numa decisão consensual, emitida por escrito por um comité representativo, cuja decisão constitui um padrão no qual se apresentam os aspetos acordados, bem como se determinam os contextos de aplicação.

3.1.1. Estandardização em Contexto de Empresa de Tradução

Ao nível da produção de texto, a standardização de terminologia passa pela fixação prévia dos termos por entidades avalizadas para o efeito, nomeadamente, as instituições acima mencionadas, cuja atividade se reflete nas bases terminológicas abordadas no próximo capítulo. No âmbito de uma empresa de tradução, as entidades normalizadoras são complementadas pelos materiais de referência fornecidos pela empresa e pelos glossários da empresa ou do cliente.

Nem todas as situações concretas são pacíficas e por vezes surgem termos que competem entre si. Por exemplo, durante o estágio foi necessária a tradução de “ganglios basales”, do espanhol. O gestor de projeto forneceu um glossário no qual constava o equivalente português “gânglios basais”. Consultado o IATE e a associação portuguesa da doença relacionada com o documento a traduzir, a estagiária verificou que outra tradução possível era “gânglios da base”. A estagiária/tradutora optou pelo termo constante no glossário e acrescentou uma nota na Unidade de Tradução (UT) correspondente com a indicação da outra possibilidade, bem como as fontes consultadas. A revisão revelou que o termo selecionado foi “gânglios basais”, apesar de “gânglios da base” ser um termo perfeitamente válido e aceitável.

A tradução de um documento de Customer Relationship Management (CRM) também levantou algumas questões. Uma das expressões a traduzir era “daily demo report” que a estagiária traduziu como “relatório de demonstrações diárias”. No entanto, o revisor corrigiu para “relatório diário de demonstrações”. Na realidade, estes dois conceitos não são iguais: no primeiro são as demonstrações que se realizam numa base diária, no segundo é o relatório. A terminologia técnica em inglês pode revelar-se bastante ambígua devido ao facto de a modificação ocorrer, predominantemente, à esquerda do núcleo, ou em posição pré-nominal, sendo que a relação lógica entre as partes pode desaparecer. Em português, esta relação tem de ser explicitada, o que pode revelar-se um problema para o tradutor,

conforme exemplificado. No mesmo documento, a lógica de seleção de preposições e determinantes artigos também se revelou problemática. Por exemplo, em “item nr.” a revisão corrigiu “n.º *do*¹⁰ item” para “n.º *de* item”, ao passo que manteve “nome do item” como tradução de “item name”.¹¹ Por outro lado, “door count”, cuja tradução inicial foi “contagem *de* portas”, foi revisto para “contagem *à* porta”. Estes exemplos demonstram que a tradução deste tipo de documentos exige uma contextualização precisa do procedimento envolvido, bem como das convenções de utilização dos mesmos, pelo que o *Query* acima mencionado foi necessário para consultar o cliente neste projeto.

Ainda em relação à potencial ambiguidade da existência de modificadores à esquerda do núcleo na construção sintática inglesa de sintagmas nominais, outro exemplo interessante é “ownership of the original illustrations / photographs”, traduzido pela estagiária como “propriedade das ilustrações / fotografias originais” e corrigido pelo revisor para “propriedade dos originais das ilustrações / fotografias”, verificando-se, neste caso, uma mudança de categoria gramatical da palavra “original”, de adjetivo para nome.

A tradução de siglas ou de acrónimos também se pode revelar problemática. Para dar apenas um exemplo, um dos documentos a traduzir do espanhol apresentava o acrónimo “NIE”,¹² que se refere ao Número de Identificação de Estrangeiro. O conceito correspondente em português é “autorização de residência”, mas neste caso, não sendo esse o documento que a pessoa possuía, mas sim um NIE, não se alterou, acrescentando-se a sua explicitação por extenso entre parêntesis.

3.2. O Papel do Cliente

Uma particularidade do estágio prendeu-se com a verificação do papel dos clientes na preferência terminológica. Um dos clientes da Kennistranstions tem a sua própria ferramenta TAC, a qual deve ser utilizada na tradução dos seus projetos. Esta ferramenta proporciona o acesso *on-line* a MT cujos segmentos, ou unidades de tradução (UT), podem ser visualizados na interface da ferramenta, oferecendo opções provenientes de traduções realizadas em outros projetos. Além disso, nos projetos deste cliente é possível ainda consultar uma ligação de “concordance search” específica para cada projeto, a qual só fica ativa durante a realização do mesmo, oferecendo a possibilidade de ver traduções anteriores do termo/expressão a traduzir em diferentes UT. Por vezes, surge mais do que uma opção de tradução e o tradutor confronta-se com termos concorrentes. É necessário avaliar a pertinência do termo em questão, a situação comunicativa e o contexto para determinar qual a tradução mais adequada, bem como atualizar as preferências do cliente,

uma vez que este pode optar por um novo termo em detrimento de outro que tenha sido anteriormente utilizado e avalizado.

Importa realçar que o cliente da Kennistranslation, mesmo que não o cliente específico acima mencionado, é parte integrante do processo de tradução, podendo sempre ser consultado através do gestor de projeto, recorrendo ao *Query* para registo das dúvidas terminológicas, semânticas, ou eventuais erros do TP. As instruções e preferências do cliente, muitas vezes, sobrepõem-se às do tradutor ou até mesmo da empresa. Por exemplo, durante o estágio, a tradução de “email” apresentou algumas dificuldades inesperadas. Por um lado, o *Language Portal* da Microsoft apresenta a tradução “mensagem de correio eletrónico”, mas esta opção pode ser considerada muito formal, dependendo do contexto. Em português, é já uso corrente o termo “e-mail”, mas no *website* da empresa em questão verificou-se que constava “Email”, pelo que, depois de consultado o gestor do projeto, se optou pela manutenção do vocábulo inglês em vista da preferência do cliente e da consistência com a sua imagem pública.

Um outro exemplo interessante diz respeito à tradução de “delta p”. A estagiária pesquisou o termo e encontrou uma explicação do Sr. Eng.º João Roque Dias,¹³ segundo a qual seria errado utilizar “delta p” em português, devendo ser utilizada a expressão “pressão diferencial”. O Sr. Eng.º Roque Dias pode ser considerado uma autoridade na matéria em face da sua formação académica no ramo da engenharia, para além dos vastos anos de experiência como tradutor técnico. Além disso, o seu *website* faz parte das fontes credíveis indicadas durante a componente letiva do Mestrado em Tradução.¹⁴ No entanto, neste caso, a ligação de “concordance search” do cliente revelava a preferência por “delta p” em traduções anteriores. A informação resultante da pesquisa foi comunicada ao gestor do projeto, mas em face da preferência do cliente, optou-se pela manutenção do termo original.

Em suma, a “standardização” obedece à intervenção de entidades reguladoras, reconhecidas internacionalmente para o efeito. Em contexto de empresa, esta regulação é complementada pelas escolhas e preferências da própria empresa, dos revisores e do cliente em questão.

CAPÍTULO 4

Recursos Terminológicos Disponíveis ao Tradutor Técnico

... terminology mining has been revolutionised in the last decade with a noticeable shift from paper LSP dictionaries to electronic and online tools. Market requirements, increased competition and the specificity of translation process itself force translators to look for faster, more reliable and interactive tools, such as search engines or online discussion forums. ... It should be however emphasised that all the tools, both traditional and electronic ones, are in fact complementary.

Biel 35

Para além de formação específica em determinadas áreas de especialização, o tradutor atual pode socorrer-se de alguns auxiliares ou recursos terminológicos. Sendo os termos a representação de conhecimento, a sua compilação e agrupamento permitem a partilha e a reutilização de tal conhecimento (Santos e Costa 153).

4.1. Dicionários, Glossários, Memórias de Tradução, Fontes *On-line*

A pesquisa sistemática num ou mais domínios é de grande utilidade para os tradutores. Até tempos recentes, esta era, normalmente, realizada por terminologistas, mas cada vez mais os tradutores se empenham em atividades de recolha e compilação de termos. Essa compilação pode ser realizada em vários tipos de suporte e de apresentação.

A prática terminológica¹⁵ nos nossos dias está, inevitavelmente, vinculada à tecnologia e às ferramentas computadorizadas. São múltiplos os recursos disponíveis por via eletrónica. Alguns podem ser acedidos de forma gratuita, outros requerem o pagamento de uma subscrição e o acesso só pode ser realizado mediante uma página de início de sessão com uma palavra-passe.

Um dos recursos mais óbvios e comuns é o dicionário generalista, sendo mais prático o formato eletrónico. Este constitui uma obra de referência que faz um inventário das palavras e expressões de uma língua, acrescentando informação linguística quanto à classe de palavras, a transcrição fonética e a origem etimológica da palavra. Os dicionários podem ser unilingues ou bilingues. Existem ainda dicionários especializados, que se desviam dos anteriores no que respeita ao seu conteúdo e grupo alvo. Ao passo que o dicionário generalista tem por público-alvo um falante da língua com uma competência linguística razoável, o dicionário de especialidade destina-se aos grupos que se movimentam nessa mesma especialidade, como, por exemplo, dicionários de termos de medicina ou de termos jurídicos, destinados a profissionais das áreas em questão. No

entanto, conforme corroborado por Cabré no artigo “Terminologie et dictionnaires”, “c’est un fait que les dictionnaires de langue générale incluent de la terminologie spécialisée, un usager non averti peut aisément le remarquer en découvrant des mots renvoyant à des domaines de spécialité à travers des marques de spécialisation thématique” (589). Um exemplo do atrás mencionado é o dicionário *on-line* Infopédia.

É possível também consultar dicionários especializados *on-line*, como, por exemplo, *The Free Dictionary*,¹⁶ o qual apresenta termos de diversas áreas, nomeadamente, jurídica, financeira e de medicina, para além de outros valiosos recursos, tais como um *Thesaurus*.

Quanto aos glossários, estes também podem adquirir as mais variadas formas. O tradutor pode gerir os seus próprios glossários em processadores de texto, folhas de cálculo ou recorrer a ferramentas TAC, como por exemplo o *Multiterm* da SDL. Ou pode ainda consultar vários glossários *on-line*. Para exemplificar, o Banco de Portugal tem no seu *website* um glossário de termos financeiros em português e no par de línguas português-inglês.¹⁷

As bases de dados internacionais *on-line* desempenham um papel particularmente relevante. Estas constituem mais do que meras listas de termos, oferecendo uma quantidade e qualidade de informação significativas, a saber, entradas multilingues, várias opções de tradução conforme a área de especialização (devidamente identificada) e informação adicional sobre o grau de fiabilidade do termo sugerido. Segundo Ramos, nelas podem-se encontrar três grupos de termos:

1. Termos que designam conceitos partilhados (ex.: *agreement*);
2. Empréstimos de outra cultura ou sistema (ex.: *trustee*);
3. Termos marcados culturalmente ou específicos de determinado sistema (ex.: NIE).¹⁸

Algumas destas bases são o IATE (Base Terminológica Multilingue da União Europeia), a UNOGTerm e a UNTERM (bases de dados das Nações Unidas). Nestas organizações internacionais funcionam equipas de tradução que criam *corpora* eletrónicos e bases de termos que operam já como referência de fixação para os mesmos, e de acordo com as entidades responsáveis pela standardização terminológica referidas no capítulo anterior.

Por outro lado, é impossível relegar para segundo plano as ferramentas TAC, as quais oferecem a possibilidade de consultar, em simultâneo, MT, segmentos traduzidos de texto, glossários e bases de termos que podem ser criadas nas próprias ferramentas ou adicionadas ao projeto de tradução se partilhadas no formato da ferramenta TAC em questão. Por exemplo, o *SDL Trados* utiliza o formato *sdltb*. As bases de termos podem ser apenas de consulta ou podem ser atualizadas com novos termos. Algumas ferramentas permitem ainda a consulta *on-line* de MT, como, por exemplo, o *Language Terminal* associado ao *memoQ* da Kilgray ou a *Language Cloud* do *Trados* da SDL.

A questão da troca e partilha das MT e dos glossários pessoais de um tradutor, de uma empresa de tradução ou, até mesmo, do cliente é muito pertinente. Esta possibilidade permite a consistência terminológica de um projeto, ou seja, a escolha do mesmo termo para designar o mesmo conceito dentro do mesmo texto ou conjunto de textos. A partilha destes materiais adquire particular expressão quando o projeto tem de ser traduzido por mais de um tradutor. Se o gestor do projeto fornecer aos tradutores as mesmas MT e os mesmos glossários, essa partilha será determinante para que o produto final apresente a desejada consistência terminológica, ainda que este seja posteriormente revisto por um único profissional a quem cabe a função de assegurar essa mesma consistência.

No que respeita a outras fontes *on-line*, na atualidade, é possível consultar materiais de referência, os *websites* das empresas ou instituições das quais ou para as quais se está a traduzir algum texto e as páginas da Internet de associações nacionais ou internacionais. Estas fontes constituem uma ajuda para verificar a existência de expressões ou termos no universo das publicações eletrónicas de determinada língua nos diversos motores de busca.

A possibilidade de consulta eletrónica dos diversos recursos acima mencionados teve um impacto avassalador no tempo de realização das traduções, bem como nos prazos de entrega das mesmas. Os tradutores podem realizar as suas consultas mais rapidamente, mas, por outro lado, os clientes também exigem prazos de entrega mais curtos.

No desenrolar do estágio foi possível contactar com diversas realidades. Curiosamente, a empresa Kennistranslations não utiliza muitos glossários ou bases de termos em ferramentas TAC, preferindo trabalhar com MT. Estas são fornecidas em formato *sdltm* ou *tmx*, ou na forma de uma hiperligação para um “concordance search” do cliente, em conjunto com a ordem de compra do trabalho a realizar. Depois de

atualizadas com a tradução do projeto, as MT são devolvidas à empresa no mesmo formato.

Aquando da realização dos diversos projetos, recorreu-se a um dicionário especializado impresso, o *Dicionário Jurídico* de Maria Paula Gouveia Andrade, obra bilingue nos pares de línguas Português-Inglês e Inglês-Português, e a diversos glossários *on-line*, bem como a bases de termos, tais como o IATE. Outras fontes de consulta indispensáveis revelaram ser as diversas informações disponíveis *on-line* sobre a empresa, a instituição, a doença ou a área de especialização do texto a traduzir. O recurso aos motores de busca para a verificação da existência de termos na língua portuguesa também se revelou de grande utilidade. Para a variante de português europeu, essa verificação pode ser feita por escrever a expressão a pesquisar entre parênteses, acrescida de “site: pt”.

A prática do estágio revelou algumas fragilidades destes recursos. Por exemplo, a tradução do termo “sociocusis” consta no IATE como “socioacúsia”. No entanto, esta versão não aparece na pesquisa em *websites* portugueses, aparecendo antes “socioacusia”, ainda que a sua ocorrência não seja muito numerosa. A estagiária seguiu a versão do IATE, mas o revisor optou pela segunda, privilegiando o critério do uso efetivo em documentação da área. Por outro lado, o termo “audiogenic” não consta no IATE nem na Infopédia. A pesquisa em *websites* apresentou a variante brasileira “audiogênico” e a variante em português europeu “audiogénico”, mas num contexto diferente do TP. “Audiogénico” também não consta no dicionário *on-line* Priberam nem no Portal da Língua Portuguesa. Perante esta falta de evidência da existência do termo na variante de português europeu para a área do TP, a estagiária traduziu “audiogenic” por uma paráfrase, “produzido pelo som”, mas o revisor corrigiu para “audiogénico”, certamente, com base na sua experiência, formação e conhecimentos na área. Estes parecem ser fatores determinantes para a existência de uma atitude crítica perante a multiplicidade de opções e recursos concorrentes disponíveis quando não existe ainda a devida fixação de alguns termos em português por parte de uma autoridade. Fica evidente que, mesmo consultando todas estas fontes, traduzir alguns termos de uma área que não se domine na perfeição pode ser um desafio para um tradutor inexperiente.

As associações profissionais são outro recurso indispensável. Atualmente, é possível contactar diversas associações e grupos de tradutores, os quais têm grande

expressão nas redes sociais. Algumas dignas de menção são *Tradutores de Portugal*, *Pedra de Roseta*, *Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade*, entre muitas outras, presentes no *Facebook*. A página *ProZ.com* revela-se também uma ferramenta muito útil, cujo fórum de discussão de dúvidas, KudoZ, é uma referência a levar em conta, tendo-se revelado pertinente no âmbito deste relatório. Esta página funciona ainda como meio de oferta e procura de serviços de tradução.

Em resumo, entre dicionários especializados, bases de termos e glossários *on-line*, uma infinidade de outras informações disponíveis por via eletrónica, associações profissionais nas redes sociais e em websites, bem como as potencialidades das ferramentas TAC, o tradutor atual tem ao seu dispor uma fonte recursos quase inesgotável para produzir uma tradução adequada. No entanto, não se deve perder de vista a discussão sobre as limitações de algumas e a total fiabilidade de outras, bem como o facto de que podem coexistir alternativas válidas quando um termo não foi ainda fixado por uma autoridade na matéria.

CAPÍTULO 5

Realização de uma Base de Termos numa Ferramenta TAC

... most translators find that it is also necessary to compile their own collection of term records in order to ensure that the appropriate subject fields and client preferences are adequately represented.

Bowker 289

Corroborando a afirmação acima mencionada, a estagiária sentiu a necessidade de criar o seu próprio glossário jurídico. A linguagem controlada da área jurídica, à semelhança de outras áreas, presta-se à compilação de termos e locuções recorrentes no discurso jurídico, sendo que a tradução da mesma, pelo seu elevado nível de elaboração, pode beneficiar muito da reutilização de conhecimento adquirido em pesquisas e traduções anteriores na mesma área.

5.1 Para uma Justificação da Escolha da Área Jurídica

Ainda que seja expectável que o discurso jurídico tenha um registo mais elaborado e cuidado, segundo Ruiz, o discurso jurídico inglês peca por excesso de arcaísmos e latinismos. O autor afirma que, se por um lado, “conventional discourse has proved successful at attaining business objectives”, por outro lado,

there are no sound reasons to keep lawyers' expressions the way they have been for centuries (i.e., unclear, complex, and excessively formal), apart from the fact that they are conventional. This is a matter of concern particularly when this elaborate style threatens the right to understand of those most influenced by the machinery of the law (i.e., the millions of lay citizens living in any democratic country). (72)

Algumas vozes já se fazem ouvir a favor da simplificação do discurso jurídico, mas o seu estatuto canónico não faz prever quaisquer alterações para breve. A internacionalização, a globalização e os movimentos migratórios têm criado um volume de trabalho acrescido, bem como pares de línguas cada vez mais diversificados para o tradutor técnico. Por exemplo, documentos de identificação, certificados de habilitações, certidões de casamento/divórcio e certidões de nascimento/óbito têm de ser alvo de uma tradução certificada para adquirirem valor legal num país que não o da sua origem. Por outro lado, o Direito Internacional, que regula, por exemplo, tratados entre estados soberanos e as actividades económicas internacionais, como por exemplo, contratos de constituição de sociedades em países estrangeiros, exigem a utilização de línguas ditas maiores, línguas

francas, línguas de mediação, na qualidade de veículo de comunicação jurídica. De acordo com Matilla (xix), as constelações do domínio político e económico ditam a escolha da língua utilizada nas atividades legais além-fronteiras. Os tradutores e os intérpretes são facilitadores em trocas internacionais, quer comerciais, quer políticas, e a globalização é uma consequência direta do grande trabalho desenvolvido em termos de tradução nas últimas décadas. São inegáveis as relações de hierarquia e hegemonia que ditam o papel do inglês como língua franca, particularmente, na área jurídica internacional. Por exemplo, na prática do estágio foi possível contactar com a tradução de um texto jurídico que se insere neste enquadramento: o TP era já uma tradução certificada do grego para o inglês, tendo depois sido alvo de tradução para o português pela estagiária.

A diversidade de pares de línguas de trabalho pode levantar problemas de ordem cultural, conforme explicado no ponto 2.3. Segundo Ramos, uma equivalência jurídica total entre dois sistemas legais é rara, ou mesmo impossível, dado que requereria uma identidade completa em termos de valores morais, disposições legais, regras de interpretação e formas de aplicação do direito. Mais uma vez se impõe uma abordagem funcionalista porque para o tradutor jurídico, “legal function must necessarily remain a key feature in establishing comparability and communicative bridges” (125). Lucja Biel (25, 26) fala da incongruência (“incongruity”) dos sistemas jurídicos e de como o tradutor se debate entre estratégias de estrangeirização/domesticação. A autora defende que, sempre que possível, o termo utilizado deve ser orientado para o público-alvo a fim de poder ativar as estruturas de conhecimento a ele ligadas, bem como permitir o acesso ao desconhecido através do que é familiar. Deste modo, uma base de termos configura-se uma ferramenta muito vantajosa para um tradutor jurídico menos experiente.

Apesar de, como mencionado anteriormente, a Kennistranslations não recorrer com muita frequência a bases de termos em ferramentas TAC, a estagiária propôs a realização de uma base de termos da área jurídica. Para além das razões acima explanadas, esta proposta prendeu-se com o facto de que a tradução de documentos desta área coloca muitos problemas de confidencialidade. Quando se utilizam ferramentas TAC com MT, a possibilidade de arquivo dessas memórias, bem como da sua troca e partilha, pode comprometer o sigilo profissional, e muitos clientes proibem expressamente a utilização de tais recursos. Por outro lado, é possível a utilização de uma ferramenta TAC sem o recurso a MT, optando pela consulta de uma base de termos. A grande vantagem desta é que não coloca em questão a confidencialidade do documento em termos de

armazenamento do conteúdo dos textos e pode agilizar em muito o trabalho do tradutor através do reconhecimento automático de termos (ATR), contribuindo para um TC terminologicamente consistente e para o controlo de qualidade do mesmo.

A grande vantagem de trabalhar para uma empresa como a Kennistranslations é que, geralmente, o gestor de projeto envia já um documento transformado por um *software* de Reconhecimento Ótico de Carateres, designado OCR, o qual permite converter os documentos originais em dados editáveis. No caso de o documento em questão ser traduzido na ferramenta *SDL Trados*, o formato do ficheiro enviado ao tradutor é o *xliff*. Se o documento for traduzido em outra ferramenta TAC do cliente, o gestor do projeto envia também um ficheiro num formato específico para a mesma. Se o documento for do âmbito jurídico, ao documento traduzido têm de ser adicionadas as informações manuscritas, como por exemplo, paginação ou assinaturas/rubricas. Essa indicação apresenta-se entre parêntesis retos (ex.: [assinatura ilegível]) e coloca-se o mais próximo possível da posição original no TP.

A diversidade de textos traduzidos no âmbito jurídico, ainda que não muito extensa, permite uma reflexão sobre os tipos de discurso e os géneros discursivos. Segundo Silva, é “consensual a existência de tipos de discurso como o discurso religioso, o discurso jornalístico, o discurso jurídico,...etc. Estes tipos de discurso decorrem da existência de instituições humanas que são produtoras de textos... [sendo que] cada uma destas instituições produz textos variados” (7). Estes textos variados constituem os diferentes géneros discursivos, que o mesmo autor designa de modelares e classes de textos relativamente estáveis. Desta forma, o tipo de discurso jurídico inclui os géneros discursivos do despacho, decreto-lei, estatuto, código, etc. Com esta moldura em mente, a estagiária traduziu alguns géneros discursivos jurídicos, designadamente um contrato de constituição de sociedade, um contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual, uma ata e alguns certificados.

5.2. Análise Descritiva do Processo de Criação de uma Base de Termos

Conforme analisado no ponto 2, um termo, ou uma unidade terminológica, é uma unidade pragmática e comunicativa que serve para ordenar o pensamento. Os termos podem ser unidades lexicais simples ou complexas, muitas vezes formadas por “combinações fixas de palavras que funcionam sintática e semanticamente como uma unidade” (Cunha e Cintra 98). Em inglês, estas construções são designadas de

“collocations”, Cunha e Cintra designam-nas de locuções e Rute Costa fala de colocações lexicais (129). Bowker escreveu que algumas “fixed or semi-fixed expressions” (289), apesar de não serem tradicionalmente classificadas como termos, são, cada vez mais, incluídas nas bases de termos dos tradutores. Esta prática tem especial interesse na área jurídica, na qual ocorrem, com muita frequência, várias combinações fixas. Cabré (*Terminology* 91) designa estas combinações de “fraseologia” e apresenta alguns exemplos do discurso jurídico: *propose an amendment*, *provide documented proof*, *fill out a form*, *adjourn a session*. Estas expressões não podem ser traduzidas separando os seus elementos sem perda da representação do conceito que veiculam no TP. O mesmo sucede em português, o que pode ser exemplificado com as locuções *incorrer numa pena* ou *apresentar queixa*.

A criação de uma base de termos consiste num processo empírico de recolha e compilação de termos a partir de um determinado *corpus* de trabalho e com o objetivo de construir um léxico terminológico. Segundo Cabré, este processo pode designar-se de terminografia, sendo que esta envolve “gathering, systematizing, and presenting terms from a specific branch of knowledge or human activity” (*Terminology* 115). Na prática diária, e no que respeita à terminologia, a distinção entre tradutores e terminógrafos dilui-se porque, conforme já mencionado acima, cada vez mais os tradutores necessitam dos seus próprios glossários para fazer face à necessidade de utilizar a terminologia de um domínio específico ou para ir ao encontro das preferências dos clientes. No entanto é necessário realçar que os tradutores, de forma geral, não participam no processo de criação ou de fixação de terminologia.

A criação de uma base de termos envolve a delimitação do tópico a trabalhar, a escolha do *corpus* específico, definir se o objetivo é descritivo ou prescritivo e qual o âmbito em que é realizado. O registo dos termos pode conter diversas informações, nomeadamente, referir a entrada do termo, a área a que pertence, a sua categoria gramatical, a definição, o contexto em que ocorre, qual a fonte, o equivalente em outras línguas, o autor e a data em que foi criado, entre outras.

No presente trabalho, o tópico selecionado foi o jurídico e o *corpus* constituiu o conjunto dos diferentes textos jurídicos traduzidos ao longo do estágio. O método de extração de termos não foi feito de forma automática, com ferramentas ATR, mas a

estagiária foi recolhendo os termos pela sequência em que ocorrem nos textos. A gestão desta compilação foi feita através do *software Multiterm* da ferramenta TAC *SDL Trados*.

Conforme apresentado nos exemplos constantes no Anexo B, os campos de registo para as entradas de termos foram:

- a língua de partida (LP);
- a língua de chegada (LC);
- a área de especialização a que se reporta;
- a fonte do termo ou da tradução;
- a categoria gramatical;
- o contexto de ocorrência do termo;
- a definição (em contextos pontuais).

Deste processo resultou uma base de termos com 102 registos, cujo glossário pode ser consultado em formato *word dictionary* no Anexo C. Este formato resulta de uma operação de exportação da ferramenta *Multiterm* e é muito útil quando, por exemplo, o cliente exige a entrega de um glossário dos termos utilizados. Permite ao tradutor salvar a sua gestão terminológica em formato eletrónico, impedindo a partilha da mesma sem a sua autorização. Dado que o ficheiro *word dictionary* não apresenta toda a informação registada na entrada em inglês, o Anexo B contém duas capturas de ecrã da interface do *Multiterm* de entradas terminológicas exemplificativas do trabalho realizado.

Os contextos de onde foram retirados os termos em inglês foram os TP e os termos em português foram retirados dos TC revistos. A entrada em português tem um registo adicional de “source”, imediatamente a seguir à mesma, que corresponde à fonte da tradução do termo, que pode ser o IATE, o *Dicionário Jurídico* já mencionado ou a própria revisão.

Apesar da eventual utilidade deste glossário e, mais concretamente, da base de termos em formato *sdltb*, os mesmos apresentam limitações que não podem ser desconsideradas. Alguns termos, conforme identificados no registo *Subject field*, são específicos de subáreas. Para mencionar apenas alguns, *trustee*, *affairs* e *claim*, dependendo da subárea de especialidade, podem ser traduzidos de forma diferente. Um tradutor que não esteja consciente desta realidade poderá ser induzido em erro se a base de termos apresentar determinada tradução para determinado termo num contexto diferente daquele para o qual

foi concebida. Desta forma, a sua aplicação fica restrita a determinados contextos, cujas fronteiras podem não ser muito fáceis de delimitar.

Por outro lado, encontrar “equivalentes funcionais”, noção perpetrada por Ramos (124) nem sempre é fácil, e mesmo dentro da mesma subárea existem termos concorrentes. Por exemplo, a tradução de “claim” e “assignment” num contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual revelou-se complexa. Para “claim”, o IATE apresenta como tradução específica desta subárea (Intellectual property) o termo “reivindicação”. No entanto, e ainda no âmbito jurídico, apresenta outras traduções como “pedido” ou “sinistro”. “Reivindicação” e “pedido” são também as opções apresentadas no *Dicionário Jurídico* de Maria Paula Gouveia Andrade. A estagiária optou por “reivindicação”, mas o revisor técnico - um advogado - corrigiu para “queixa”. No mesmo texto, e segundo as mesmas fontes, o termo “assignment” pode ser traduzido por “cessão”, “cedência” ou “transmissão”. A estagiária optou por “transmissão” e o revisor por “cessão”. Desta forma, muitas vezes a questão pode não se colocar em termos de adequação ou de equivalência funcional, mas podem configurar-se também preferências do revisor ou convenções de uso que tornem uns termos mais adequados que outros. Para um tradutor inexperiente, um glossário ou uma base de termos, ainda que registe todas estas opções não dá conta das subtilidades que subjazem a algumas tomadas de decisão.

Segundo Ramos, a “analysis of some illustrative entries on national criminal courts in IATE and UNOGTerm shows that... the content of entries generally falls as short of translators’ needs as traditional lexicographical resources” (132). Se esta afirmação é verdadeira em relação a bases de termos tidas como referências terminológicas internacionais, tanto mais insuficientes serão os glossários ou bases de termos semelhantes àquele concebido durante este estágio. No entanto, e segundo o mesmo autor, este argumento não deve servir de desculpa para desistir da demanda em busca de recursos de qualidade para a gestão da terminologia, dado que “terminological work is always work in progress” (133).

Exposto o acima, cabe a cada tradutor decidir se deve ou não realizar os seus próprios glossários ou bases de termos. Muito dependerá da metodologia de cada um e da metodologia da empresa para a qual trabalha, se for esse o caso. De qualquer das formas, a consciência das potencialidades e das fraquezas dos recursos existentes permite ao tradutor escolher o seu próprio caminho e explorar os recursos que melhor se adaptam às suas necessidades.

CONCLUSÃO

No presente trabalho objetiva-se verificar a fixação da terminologia, enquanto conjunto dos termos utilizados numa determinada área, na tradução especializada. Segundo Cabré (*Terminology* 45), a terminologia é um instrumento para organizar o pensamento em uma ou mais línguas e para estruturar a informação contida em textos especializados. Neste mundo globalizado, a gestão da terminologia é uma discussão cada vez mais pertinente.

Consideradas algumas abordagens teóricas, a tendência atual parece convergir para um paradigma cada vez mais virado para uma vertente comunicativa e sociocognitiva. Entre outras características, parece ser a vertente comunicativa e pragmática a que mais distingue a palavra do termo. Embora mantenham as mesmas características linguísticas, o último configura a representação de uma unidade de pensamento que veicula uma intenção comunicativa específica, dentro de um âmbito disciplinar igualmente específico ou de um grupo particular de utilizadores.

Na tradução especializada, o que está em causa são escolhas objetivas de tradução que levam em conta fatores tais como a área de especialização, o sistema de partida e o sistema de chegada, a função do TP, o público-alvo, o contexto da tradução (se em empresa ou em regime de *freelance*) e as preferências do cliente. Todas estas condicionantes contribuem para a escolha entre alternativas e variáveis, entre termos que melhor transportem o conceito pretendido ou a representação que identifica a realidade extralinguística relevante para a situação em concreto.

O tradutor técnico hodierno vê-se confrontado com a necessidade de desenvolver competências adicionais, sejam estas conhecimentos sobre áreas de especialização, sejam competências a nível tecnológico, a fim de dominar a terminologia inerente à tradução técnico-científica, bem como as ferramentas atuais de suporte à tradução (TAC, MT, bases de termos, glossários *on-line*, etc.). Outras das competências que se exigem aos tradutores atuais é a gestão dos seus próprios glossários e MT. Estes recursos constituem um grande auxílio ao trabalho do tradutor, tornando possível a consulta, partilha, troca e reutilização de conhecimento, o que pode contribuir para um produto terminologicamente consistente e para o controlo de qualidade do mesmo. Por outro lado, estes recursos adicionais acarretam uma exigência acrescida por parte dos clientes em termos de prazos de entrega mais curtos. É necessário ainda reconhecer que existem entidades que

funcionam como referências terminológicas internacionais, tais como o IATE, a UNOGTerm e a UNTERM, fontes estas que apresentam terminologia estandardizada e fixada por outras entidades para diversas áreas de especialização, especialmente, a ISO e a CENELEC.

Apesar de todos estes recursos, as soluções de tradução nem sempre são pacíficas. Embora seja menos usual na tradução especializada, por vezes surgem termos concorrentes e é necessário convocar outros parâmetros para a tomada de decisão. Em contexto de empresa de tradução, o tradutor tem de respeitar a hierarquia de trabalho, as instruções do gestor de projeto e as especificações do cliente, levando em conta que a preferência terminológica e questões de identidade e imagem do último também fazem parte da equação e podem sobrepor-se à terminologia fixada e às convenções de uso do sistema de chegada. Perante termos concorrentes, o estagiário/tradutor pode ter um papel ativo e apresentar sugestões, quer por meio de comentários nas UT da ferramenta TAC ou através do *Query* terminológico, negociadas, posteriormente, com o cliente.

A tradução jurídica foi alvo de reflexão especial, em parte porque configura um caso muito particular dentro da tradução especializada devido às suas profundas implicações com a linguística, a sociologia e a psicologia. Segundo ten Hacken (12) a tradução jurídica particulariza-se também por ser um dos domínios em que é mais evidente a necessidade de determinar fronteiras conceptuais exatas, uma vez que os conceitos legais influenciam o que se realiza no mundo real e têm um impacto significativo na vida das pessoas por eles afetadas. Para Vlasenko, a tradução jurídica é um exercício profundamente cognitivo que “draws on intensive processing of subject-specific knowledge via speech” (89). Além disso, a noção de equivalência, sempre polémica em tradução, torna-se mais problemática na área jurídica, em face do possível confronto de dois sistemas diferentes e da sua eventual incongruência. Ramos (124) prefere falar de “equivalentes funcionais”, e Vlasenko (103) fala de “equivalentes referenciais”. Com o objetivo de ultrapassar algumas condicionantes relativas ao uso de ferramentas TAC neste tipo de tradução, e no sentido de evitar quebra de confidencialidade, a estagiária propôs a criação de uma base de termos jurídicos cuja gestão se realiza com a ferramenta *Multiterm*.

Em conclusão, terminologia e tradução não são a mesma coisa, mas parecem caminhar de mãos dadas para a construção de um conhecimento partilhado num mundo

cada vez mais global. A primeira pode ser uma de três coisas, designadamente, o conjunto de termos utilizados num domínio especializado, a outra, a atividade que se socorre da terminologia já fixada e estandardizada para produzir textos especializados com designações adequadas aos conceitos veiculados. Esta simbiose é relevante para a jurisprudência internacional, dado que, de acordo com Ramos,

in the context of international rulemaking, translation itself contributes to building the shared concepts that underpin the international legal system in the different official languages. Conceptual unity, terminological harmonization and formal concordance are prioritized in that process.... (128)

Apesar de todo o trabalho já realizado no âmbito da terminologia, ainda assim existe margem para melhorar a quantidade e qualidade dos recursos disponíveis. Conforme verificado, o conteúdo de algumas entradas nas bases de dados IATE e UNOGTerm revelam-se insuficientes para as necessidades do tradutor. A falta de análise orientada para a tradução pode conduzir a propostas de tradução inadequadas e/ou inconsistentes, sendo estas plataformas particularmente limitadas no que respeita a conteúdos jurídicos, o que é corroborado por Ramos. Por outro lado, é importante ter em mente que o “development of computer applications has yet to produce the multipurpose flexible products that can meet all the needs of language users and researchers. Nor has it been able to create systems that are intelligent enough to satisfactorily replace human intervention” (Cabré, *Terminology* 161).

Por último, o facto de existir a possibilidade de consultar bancos de terminologia já fixada pode facilitar em muito o trabalho do tradutor especializado, mas conforme demonstrado, para além das evidentes insuficiências dos recursos *on-line* existem outras condicionantes inerentes à atividade, como as próprias competências do tradutor, se a tradução ocorre ou não em contexto de empresa e a preferência do cliente, pelo que determinar qual o termo a empregar em determinada UT pode não ser assim tão pacífico. Ainda assim, e fazendo uma apropriação das palavras de Ruiz: “As to the remaining obstacles, I guess they are simply the charms of our trade” (86).

NOTAS

¹ A discussão sobre este tema será retomada no ponto 2.3.

² Todos os exemplos retirados do *corpus* traduzido no âmbito do estágio foram aprovados pela Kennistranslations.

³ O termo “project specific” deveria ter um hífen a unir as palavras, podendo dizer-se o mesmo de “on site”, dado tratarem-se de adjetivos. Esta constatação pode remeter para questões tais como o conhecimento explícito da língua por parte de alguns utilizadores de textos técnicos, questão que não será abordada por restrições de espaço.

⁴ Abreviatura de “assembly”. É curiosa a constatação de abreviaturas deste tipo num manual técnico, o que pode configurar algum entrave à mensagem inequívoca que deve caracterizar este tipo de texto.

⁵ O *Language Portal* da Microsoft, no separador “Search Terminology”, apresenta traduções avalizadas para estes termos, “início de sessão” e “palavra-passe”, respetivamente. Disponível em <http://www.microsoft.com/Language/en-US/Search.aspx>.

⁶ Parece que o processo de compilação do conjunto de termos de uma determinada disciplina foi o catalisador para o despertar de interrogações sobre questões teóricas. No entanto, Kageura discorre sobre a relação entre termo e terminologia e afirma que os proferimentos especializados precedem os termos, e os termos, os itens concretos observados nos proferimentos, precedem a terminologia. O autor, numa reflexão em arco, remete para a questão existencial de qual apareceu primeiro. Ele defende que sem a existência conceptual prévia de “termo” não seria possível identificar as unidades lexicais que se classificam como tal. Ademais, o conceito de itens lexicais que representam “conceitos de um determinado domínio” ou que são “utilizados por um grupo de pessoas que partilham a mesma profissão ou área disciplinar” só faz sentido quando consolidado de forma coletiva. Desta forma, o autor conclui que “the *concept of terminology* implicitly precedes the concept of a term, which in turn precedes terms as empirical objects” (50).

⁷ Outras abordagens dignas de menção na teoria da terminologia são a Socioterminologia, a qual assume uma postura mais descritiva, concentrando-se no desempenho e nas convenções de uso real da linguagem e a perspetiva Sociocognitiva que consiste numa teoria experimentalista em que a realidade se percebe através da experiência (Bowker 287). Para além destas, poder-se-á mencionar a *Frame-based Terminology* (FBT), a qual combina princípios dos modelos linguísticos e psicológicos, em que “frames” são estruturas de conhecimento que designam representações de larga escala (Faber 14,15).

⁸ Ex.: *common law*; *civil law*; *case law*; etc.

⁹ Outros termos possíveis para este conceito são “normatização”, “padronização” ou “normalização”, conforme tradução oficial para português da designação da entidade referida pelo acrónimo ISO. Segundo Cabré (*Terminology* 195), existe alguma falta de consenso sobre o uso de “normalization” ou “standardization” no que se refere a “setting a form up as a model or type”. Alguns especialistas argumentam que “normalization” é a melhor forma de expressar a ação de reduzir diversas possibilidades concorrentes a uma única norma sem uma conotação autoritária. Outros defendem que “standardization” é a melhor termo disponível para referir decisões emitidas por órgãos devidamente autorizados e não coloca problemas de polissemia. Neste trabalho, sendo a questão em causa quem tem a autoridade para decidir a correspondência conceito/termo, e sendo este o termo apresentado no IATE como a tradução correta na área das Humanidades, optou-se por “estandardização”.

¹⁰ Sublinhado nosso.

¹¹ Provavelmente, este caso configura-se como uma preferência de uso, não como uma escolha com base linguística. Spilka realizou um estudo com um grupo de estudantes sobre a tradução do inglês para o francês do que designa de “binominal phrases”, expressões compostas por dois nomes, ou sequências nominais, tais como “work ethic”, cuja tradução resultou em “code du travail”. Confrontados com a tradução da expressão de Freud “pleasure principle” como “principe de plaisir”, não souberam explicar a presença de um artigo definido num caso e a sua ausência no outro. “Several experienced translators when faced with the same question, stated flatly that they always deferred to *l’usage*... When usage failed, they simply trusted their intuition” (173).

¹² Para a pesquisa sobre siglas e acrônimos, a estagiária recorreu ao *website Acronym Finder*, disponível em <http://www.acronymfinder.com/>.

¹³ Disponível em http://www.proz.com/kudoz/english_to_portuguese/mechanics_mech_engineering/933664-dp.html.

¹⁴ Valdez, Susana. “Workshop: Técnicas de Pesquisa para Tradução”. 2012. 13. Disponibilizado no âmbito da disciplina da componente letiva Tradução do Texto Técnico.

¹⁵ Ou terminográfica, uma vez que alguns autores designam terminologia aplicada de terminografia (Bowker 288).

¹⁶ Disponível em <http://www.thefreedictionary.com/dictionary.htm>.

¹⁷ Disponível em <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Glossarios/Paginas/Glossario.aspx>.

¹⁸ Ver ponto 3.1.1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Biel, Lucja. “Legal Terminology in Translation Practices: Dictionaries, Googling or Discussion Forums?” *SKASE Journal of Translation and Interpretation*, 21 April 2008: 22-38. Web. 24 Feb. 2016.
<http://www.skase.sk/Volumes/JTI03/pdf_doc/3.pdf>
- Bowker, Lynne. “Terminology”. Baker, Mona and Gabriela Saldanha. *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. 2nd ed. London and New York: Routledge, 2009.
- Briones, Mónica Born. “María Teresa Cabré: La Terminología: Representación y Comunicación”. *Onomazein*. N.p. No. 6, 2001: 339-343. Web. 18 Nov. 2015.
<http://www.onomazein.net/Articulos/6/R1_Born.pdf>
- Byrne, Jody. *Scientific and Technical Translations Explained. A Nuts and Bolts Guide for Beginners*. London and New York: Routledge, Taylor and Francis Group, 2014.
- Cabré, Maria Teresa. *Terminology: Theory, Methods and Applications*. Philadelphia and Amsterdam: John Benjamins, 1999.
- . “Terminologie et Dictionnaires”. *Meta : Journal des Traducteurs / Meta: Translators' Journal*. N.p. Vol. 39, No. 4, 1994 : 589-597. Web. 10 Nov. 2015.
<<http://id.erudit.org/iderudit/002182ar>>
- Costa, Maria Rute Vilhena. “Pressupostos Teóricos e Metodológicos para a Extração Automática de Unidades Terminológicas Multilexémicas”. Dissertação de Doutoramento em Linguística, Especialidade de Lexicologia-Terminologia. FCSH-UNL, 2001.
- Cunha, Celso e Lindley Cintra. “5. Classe, Estrutura e Formação de Palavras”. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1984. 97-107.
- Duarte, Inês. “3. O Conhecimento das Palavras”. *Língua Portuguesa. Instrumentos de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta, 2000. 63-115.

- Faber, Pamela. "Frames as Framework for Terminology". Kockaert, Hendrik J. and Frieda Steurs. *Handbook of Terminology*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 2015. 15-33.
- González-Ruiz, Victor. "Chapter 5. Trying to See the Wood Despite the Trees. A Plain Approach to Legal Translation". In Cheng, Le, King Kui Sin and Anne Wagner. *The Ashgate Handbook of Legal Translation*. Surrey and Burlington: Ashgate Publishing Company, 2014. 72-86.
- Hacken, Pius ten. "Terms and Specialized Vocabulary. Taming the Prototypes". Kockaert, Hendrik J. and Frieda Steurs. *Handbook of Terminology*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2015. 3-13.
- Kageura, Kyo. "Terminology and Lexicography". Kockaert, Hendrik J. and Frieda Steurs. *Handbook of Terminology*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 2015. 44-59.
- Matilla, Heikki Eero Sakari. "New Challenges for Legal Translation". Cheng, Le, King Kui Sin and Anne Wagner. *The Ashgate Handbook of Legal Translation*. Surrey and Burlington: Ashgate Publishing Company, 2014. xix-xxi.
- Nord, Christiane. *Translating as Purposeful Activity. Functionalist Approaches Explained*. Manchester: St. Jerome, 2001.
- Olohan, Maeve. "Scientific and Technical Translation." *Routledge Handbook of Translation Studies*, ed. Millan-Varela, Carmen and Francesca Bartrina. London and New York: Routledge, 2012.
- Ramos, Fernando Prieto. "Parameters for Problem-Solving in Legal Translation: Implications for Legal Lexicography and Institutional Terminology Management". Cheng, Le, King Kui Sin and Anne Wagner. *The Ashgate Handbook of Legal Translation*. Surrey and Burlington: Ashgate Publishing Company, 2014. 121-134.
- Ribeiro, Carina A. "O Texto Técnico na Sua Diversidade em Ambiente de Empresa". Relatório de Estágio de Mestrado em Tradução. FCSH, 2010.

- Santos, Cláudia and Rute Costa. "Domain Specificity: Semasiological and Onomasiological Knowledge Representation". Kockaert, Hendrik J. and Frieda Steurs. *Handbook of Terminology*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 2015. 153-179.
- Silva, Paulo Nunes da. *Manual de Introdução aos Estudos Linguísticos*. Lisboa: Universidade Aberta, 2010.
- . *Manual de Técnicas de Expressão e Comunicação*. Lisboa: Universidade Aberta, 2008.
- Spilka, Irène V. "Translating Binominal Phrases". *Meta : Journal des Traducteurs / Meta: Translators' Journal*. N.p. Vol. 22, No. 3, 1977 : 171-183. Web. 10 Nov. 2015. <<http://id.erudit.org/iderudit/004247ar>>
- "Terminologia". *Infopédia*. N.p. N.d. Web. 23 out. 2015. <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/terminologia>>
- "Terminology". *Merriam Webster Dictionary*. N.p. N.d. Web. 23 out. 2015. <<http://www.merriam-webster.com/dictionary/terminology>>
- Vlasenko, Svetlana V. "Minimal Unit of Legal Translation vs. Minimal Unit of Thought". In Cheng, Le, King Kui Sin and Anne Wagner. *The Ashgate Handbook of Legal Translation*. Surrey and Burlington: Ashgate Publishing Company, 2014. 89-120.
- Wagner, Anne, King Kui Sin and Le Cheng. "Cultural Transfer and Conceptualization in Legal Discourse". Cheng, Le, King Kui Sin and Anne Wagner. *The Ashgate Handbook of Legal Translation*. Surrey and Burlington: Ashgate Publishing Company, 2014. 27-42.

ANEXOS

ANEXO A

Captura de Ecrã do Formulário Terminológico para Consultar o Cliente - *Query Template*

	A	B	C	D	E	F	G
1	 kennistranslations						
2							
3							
4	Sales Order Number:						
5	Query Number:						
6	Query Date:						
7							
8	File Name	Term	Context Sentence	Question	Suggestion	Answer	Status
9							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							
21							
22							
23							
24							
25							
26							

Sheet1 Sheet2 Sheet3

ANEXO B

Capturas de Ecrã de Entradas Bilingues da Versão Eletrónica da Base de Termos Elaborada na Ferramenta TAC *Multiterm*

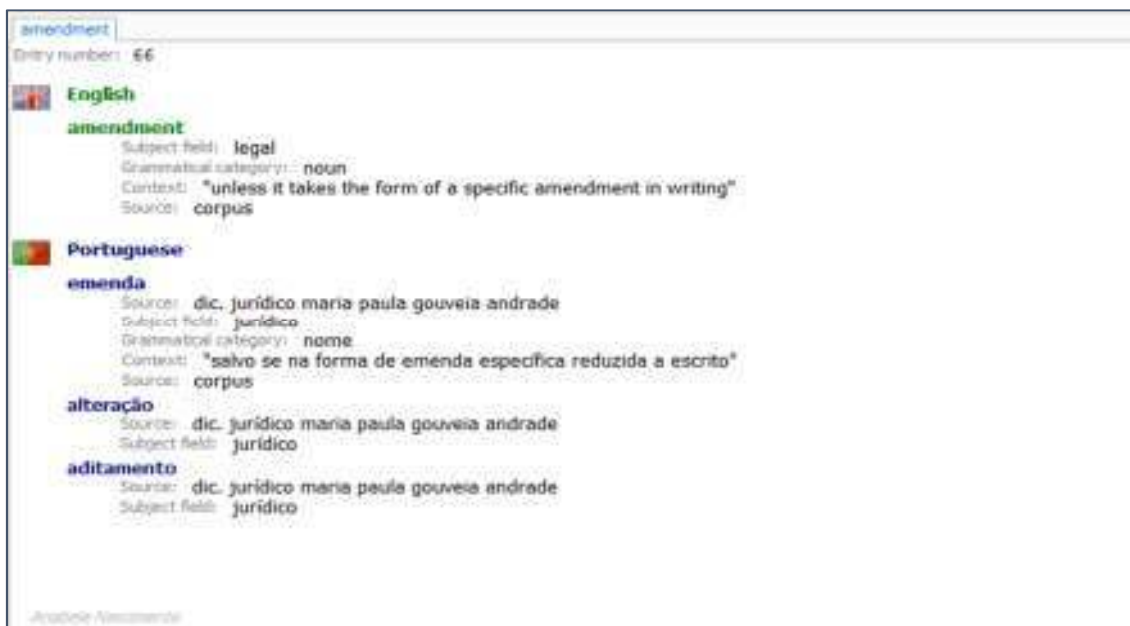


Figura 1. Captura de ecrã da entrada “amendment”. Realizada por Anabela Nascimento. 12 março 2016.

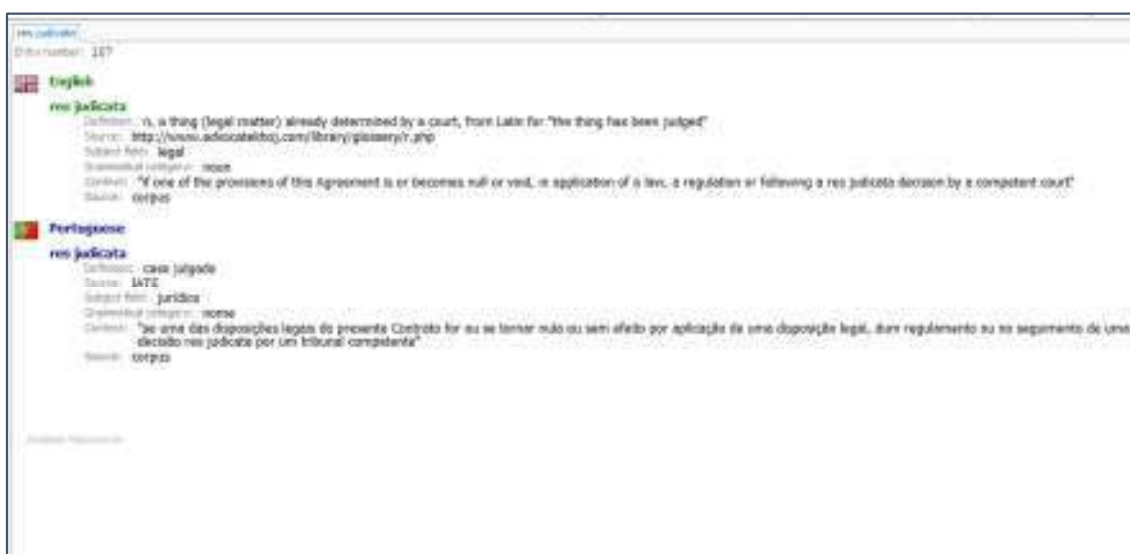


Figura 2. Captura de ecrã da entrada “res judicata”. Realizada por Anabela Nascimento. 12 março 2016.

ANEXO C

**Documento em Formato *Word Dictionary* Resultante de uma Operação de
Exportação da Ferramenta TAC *Multiterm***

A

agreement

Portuguese **contrato** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "para autorizar tal pessoa a celebrar um contrato com a sociedade em nome de todos os acionistas com direito legal a tal" Source: corpus **acordo** Source: IATE Subject field: jurídico

allot

Portuguese **distribuir** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: verbo Context: "as ações estarão à disposição da sociedade, a qual poderá, por deliberação ordinária, distribuir ou de outra forma dispor das mesmas" Source: corpus

allowance

Portuguese **subsídio** Source: IATE Subject field: jurídico /social Grammatical category: nome Context: "os administradores poderão conceder pensões de aposentação ou anuidades ou outras gratificações ou subsídio" Source: corpus

amalgamation

Portuguese **fusão de empresas** Source: IATE Subject field: legal Grammatical category: nome Context: "ou à fusão com qualquer outra sociedade" Source: corpus

amendment

Portuguese **emenda** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "salvo se na forma de emenda específica reduzida a escrito" Source: corpus **alteração** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico **aditamento** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico

ancillary

Portuguese **acessórias** Source: revisão Subject field: jurídico Grammatical category: adjetivo Context: "de forma geral, executar todas as outras coisas tidas pela sociedade como acessórias" Source: corpus **secundárias** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: adjetivo

applicable law

Portuguese **direito aplicável** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "direito aplicável" Source: corpus

application

Portuguese **pedido** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "a sociedade é pelo presente autorizada a celebrar, executar e arquivar quaisquer pedidos, licenças ou certificados e quaisquer outros documentos" Source: corpus **requerimento** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico

appointer

Portuguese **nomeador** Source: dic. on-line michaelis Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "o título que nomeie um representante deverá ser reduzido a escrito e

assinado pelo nomeador ou pelo seu representante legal" Source: corpus

arrangement

Portuguese **acordo** Source: infopédia Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "executar qualquer acordo com qualquer governo ou autoridade" Source: corpus

article

Portuguese **artigo** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "terão o significado a eles atribuído no presente artigo" Source: corpus

as a whole or in part

Portuguese **no todo ou em parte** Source: revisão Subject field: jurídico Grammatical category: locução Context: "colocar em circulação, no todo ou em parte" Source: corpus

assets

Portuguese **ativos** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "e investir tais ativos específicos em trustees, nos termos que os administradores considerarem conveniente" Source: corpus

assignee

Portuguese **cessionário** Source: dicionário jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "o cessionário pretende formalizar a cessão" Source: corpus

assignment

Portuguese **cessão** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: noun Context: "contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual" Source: corpus

assignor

Portuguese **cedente** Source: dicionário jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "o cedente" Source: corpus

auditor

Portuguese **auditor** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "junto com uma cópia do relatório dos auditores" Source: corpus

B

bearer

Portuguese **portador** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "a sociedade não tem o poder de emitir títulos de ações ao portador" Source: corpus

beneficiary

Portuguese **beneficiário** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "aos titulares dos direitos de propriedade intelectual, aos seus sucessores, herdeiros e beneficiários pelas disposições legais ou regulamentares" Source: corpus

bill of exchange

Portuguese **letra de câmbio** Source: IATE Subject field: jurídico financeiro Grammatical category: nome Context: "qualquer das ações, títulos, obrigações e títulos de obrigações,

letras de câmbio, notas promissórias e títulos de qualquer natureza emitidos" Source: corpus

binding

Portuguese **vinculativo** Source: revisão Grammatical category: adjetivo Subject field: jurídico Context: "na data na qual estes regulamentos se tornam vinculativos para a sociedade" Source: corpus **obrigatório** Source: infopédia Subject field: jurídico

body corporate

Portuguese **pessoa coletiva** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "nos casos em que o acionista seja uma pessoa coletiva" Source: corpus

breach of contract

Portuguese **violação do contrato** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "não prejudicará qualquer reivindicação que esse administrador possa ter por danos decorrentes da violação de qualquer contrato" Source: corpus

business

Portuguese **negócio** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "os administradores poderão reunir-se para o desenvolvimento do negócio" Source: corpus

C

calls on shares

Portuguese **reclamações sobre ações** Source: revisão Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "reclamações sobre ações" Source: corpus

capital redemption reserve fund

Portuguese **reserva para amortização de capital** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "contanto que uma conta de prémio de ações e a reserva para amortização de capital" Source: corpus

charges

Portuguese **encargos** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "pagar todos os custos, encargos e despesas incorridas" Source: corpus

commitment

Portuguese **compromisso** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "não foram objeto de qualquer compromisso a favor de terceiros" Source: corpus

company

Portuguese **sociedade** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "a sede social da sociedade situa-se..." Source: corpus

competition

Portuguese **concorrência** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "celebrar e concretizar qualquer acordo tendente à criação de colaborações no desenvolvimento da atividade, à junção de interesses, à limitação da concorrência" Source: corpus

complaint

Portuguese **reclamação** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "não existem protestos ou reclamações de qualquer tipo por parte de terceiros" Source: corpus **queixa** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome

construe

Portuguese **interpretar** Source: dicionário jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico Grammatical category: verbo Context: "os objetos estabelecidos em qualquer das subcláusulas desta cláusula não podem ser interpretados de forma restritiva, prevalecendo a interpretação mais ampla" Source: corpus

cost

Portuguese **custo** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "pagar todos os custos, encargos e despesas incorridas" Source: corpus

D

damage

Portuguese **danos** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "não prejudicará qualquer reivindicação que esse administrador possa ter por danos decorrentes da violação de qualquer contrato de prestação de serviços entre ele e a sociedade" Source: corpus

debenture

Portuguese **obrigação** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "qualquer das ações, títulos, obrigações e títulos de obrigações, letras de câmbio, notas promissórias e títulos de qualquer natureza emitidos" Source: corpus

deemed

Portuguese **considerar** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: verbo Context: "nos termos destes regulamentos é considerada uma reclamação devidamente executada e pagável na data na qual" Source: corpus

defamation

Portuguese **difamação** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "ou suscetível de fundamentar uma ação por difamação, injúria ou violação de imagem ou privacidade" Source: corpus

director

Portuguese **administrador** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "os administradores poderão conceder pensões de aposentação ou anuidades ou outras gratificações ou subsídio" Source: corpus

dispute

Portuguese **litígio** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "a versão francesa prevalecerá em caso de litígio" Source: corpus

duties

Portuguese **deveres** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "poderes e deveres dos administradores" Source: corpus **funções** Source: infopédia Subject field: jurídico

Grammatical category: nome Context: "pessoa nomeada para exercer as funções de secretário"

E

effective date (of the agreement)

Portuguese **data de entrada em vigor (do contrato)**
Source: revisão Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "data de entrada em vigor do contrato tem o sentido estabelecido" Source: corpus

employee

Portuguese **empregado** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "salários de empregados" Source: corpus

enter an arrangement /contract

Portuguese **celebrar um acordo / contrato** Source: IATE
Subject field: jurídico Grammatical category: verbo Context: "celebrar e concretizar qualquer acordo" Source: corpus

enter into force

Portuguese **entrar em vigor** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: verbo Context: "o Contrato [retroativamente] entra em vigor" Source: corpus

estate

Portuguese **bens** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "a pagamento por ela ou pelos seus bens à sociedade" Source: corpus

exchange

Portuguese **permuta** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "adquirir tanto por subscrição original aquando da constituição como por contrato, venda ou permuta" Source: corpus

exclusive basis

Portuguese **regime de exclusividade** Source: eur-lex Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "o cedente cede e transfere para o cessionário, em regime de exclusividade, todos os seus direitos de propriedade intelectual" Source: corpus

execution of the agreement

Portuguese **outorga do contrato** Source: revisão Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "entregues na data da outorga do contrato" Source: corpus **execução do contrato** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico **celebração do contrato** Source: IATE, dic. jurídico maria paula gouveia andrade Source: corpus

expenses

Portuguese **despesas** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "pagar todos os custos, encargos e despesas incorridas" Source: corpus

F

first name

Portuguese **nome próprio** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "representada por [sr. ou sra. nome próprio apelido]" Source: corpus

free of charge

Portuguese **a título gratuito** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: adjetivo Context: "em privado ou em público, a título gratuito ou não" Source: corpus

full enjoyment (of rights)

Portuguese **gozo pleno** Source: eur-lex Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "o cedente garante ao cessionário o gozo pleno, livre de qualquer ónus, dos direitos cedidos ao abrigo do presente" Source: corpus

full ownership

Portuguese **propriedade plena** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "nos termos do contrato, o cessionário adquire a propriedade plena de todas as ilustrações originais" Source: corpus

G

guarantee

Portuguese **garantia** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "emitir garantias e títulos de crédito para as responsabilidades e obrigações" Source: corpus

H

heir

Portuguese **herdeiro** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "aos titulares dos direitos de propriedade intelectual, aos seus sucessores, herdeiros e beneficiários pelas disposições legais ou regulamentares" Source: corpus

I

in strict compliance

Portuguese **em estrita observância** Source: eur-lex Subject field: jurídico Grammatical category: advérbio Context: "o cessionário compromete-se a exercer os direitos cedidos em estrita observância dos direitos morais do cedente" Source: corpus **no rigoroso cumprimento** Source: eur-lex Subject field: jurídico Grammatical category: advérbio

incorporation

Portuguese **constituição (de sociedades)** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "adquirir tanto por subscrição original aquando da constituição..." Source: corpus

infringe

Portuguese **violar** Source: europarl Subject field: jurídico Grammatical category: verbo Context: "não violam os direitos anteriores de terceiros" Source: corpus **infringir** Source: eur-lex Subject field: jurídico **transgredir** Source: eur-lex Subject field: jurídico

insult

Portuguese **injúria** Source: eur-lex Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "ou suscetível de fundamentar uma ação por difamação, injúria ou violação de imagem ou privacidade" Source: corpus

intellectual property

Portuguese **propriedade intelectual** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: noun Context: "o objeto do contrato é definir as condições sob nos termos das quais os direitos de propriedade intelectual sobre as ilustrações / fotografias são cedidos" Source: corpus

interest

Portuguese **juros** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "emitir ou garantir a emissão ou o pagamento de juros sobre, ações" Source: corpus

J

joint holder

Portuguese **cotitular** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "os cotitulares de uma ação serão solidariamente responsáveis" Source: corpus

joint-stock company

Portuguese **sociedade anónima** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "uma sociedade anónima francesa, inscrita sob o número" Source: corpus

L

law

Portuguese **direito** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "o contrato é regido pelo direito francês" Source: corpus

legal person

Portuguese **pessoa coletiva** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "pessoa singular ou coletiva" Source: corpus

let on lease

Portuguese **arrendar** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: verbo Context: "trocar, arrendar, hipotecar" Source: corpus

liability

Portuguese **responsabilidade** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "comprar ou doutra forma adquirir toda ou qualquer parte do negócio, ativos, propriedade e responsabilidades de qualquer sociedade" Source: corpus

lien

Portuguese **direito de retenção** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "a sociedade terá um direito principal e primordial de retenção sobre cada ação " Source: corpus

loan capital

Portuguese **capital de empréstimo** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "adquirir e manter o controlo e outros interesses no capital social e de empréstimo de qualquer sociedade" Source: corpus

M

meeting

Portuguese **assembleia** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "ata da assembleia dos administradores" Source: corpus **reunião** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico **sessão** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico

memorandum and articles of association

Portuguese **pacto social** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "eu, pelo presente certifico que o acima mencionado Pacto Social da Sociedade foi por mim redigido" Source: corpus

minutes

Portuguese **ata** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "ata da assembleia dos administradores" Source: corpus

miscellaneous

Portuguese **disposições diversas** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "disposições diversas" Source: corpus

N

name

Portuguese **apelido** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "representada por [sr. ou sra. nome próprio apelido]" Source: corpus

natural person

Portuguese **pessoa singular** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "pessoa singular ou coletiva" Source: corpus

nominee

Portuguese **representante** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "ou permuta ou através de representantes" Source: corpus

O

obligation

Portuguese **obrigação** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "emitir garantias e títulos de crédito para as responsabilidades e obrigações" Source: corpus

P

parties

Portuguese **partes** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "as Partes acordam expressamente em que o Contrato [retroativamente] entra em vigor" Source: corpus

private company limited by shares

Portuguese **sociedade anónima privada** Source: eur-lex
Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "a lei das sociedades, cap.113, sociedade anónima privada"
Source: corpus

proceedings

Portuguese **procedimento** Source: linguee Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "procedimentos dos administradores" Source: corpus
processo Source: IATE; dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico

promissory note

Portuguese **nota promissória** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "letras de câmbio, notas promissórias e títulos de qualquer natureza emitidos" Source: corpus

provision

Portuguese **disposição legal** Source: IATE, dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "se uma das disposições legais do presente contrato for ou se tornar nula" Source: corpus
provisão Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico

R

recitals

Portuguese **considerandos** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "incluindo os seus considerandos e anexo" Source: corpus

registered office

Portuguese **sede social** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "a sede social da sociedade situa-se..." Source: corpus

res judicata

Portuguese **res judicata** Definition: caso julgado Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "se uma das disposições legais do presente Contrato for ou se tornar nula ou sem efeito por aplicação de uma disposição legal, dum regulamento ou no seguimento de uma decisão res judicata por um tribunal competente" Source: corpus

S

schedule

Portuguese **anexo** Source: infopédia Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "constantes do anexo do contrato" Source: corpus

scope

Portuguese **âmbito** Source: ... Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "âmbito da cessão" Source: corpus

share

Portuguese **ação** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "qualquer das ações, títulos, obrigações e títulos de obrigações,

letras de câmbio, notas promissórias e títulos de qualquer natureza emitidos" Source: corpus

share capital

Portuguese **capital social** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "adquirir e manter o controlo e outros interesses no capital social e de empréstimo de qualquer sociedade" Source: corpus

shareholder

Portuguese **acionista** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "a sociedade não providencia quaisquer serviços financeiros para além dos prestados aos seus acionistas ou pessoas coletivas" Source: corpus

stock

Portuguese **título** Source: IATE Subject field: jurídico financeiro Grammatical category: nome Context: "qualquer das ações, títulos, obrigações e títulos de obrigações, letras de câmbio, notas promissórias e títulos de qualquer natureza emitidos" Source: corpus

subject matter

Portuguese **objeto** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "o objeto do contrato é definir as condições" Source: corpus

successor

Portuguese **sucessor** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "aos titulares dos direitos de propriedade intelectual, aos seus sucessores, herdeiros e beneficiários pelas disposições legais ou regulamentares" Source: corpus

T

third parties

Portuguese **terceiros** Source: IATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "não violam os direitos antecedentes anteriores de terceiros" Source: corpus

trustee

Portuguese **trustee** Source: IATE Subject field: jurídico-financeiro Grammatical category: nome Context: "e investir tais ativos específicos em trustees, nos termos que os administradores considerarem conveniente" Source: corpus
administrador legal Source: IATE Subject field: jurídico
depositário de bens de penhora Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico

U

under any form whatsoever

Portuguese **seja sob que forma for** Source: revisão Subject field: jurídico Grammatical category: locução Context: "distribuir e difundir, seja sob que de forma for" Source: corpus

undertake

Portuguese **comprometer-se** Source: dic. on-line michaelis Subject field: jurídico Grammatical category: verbo Context: "o cessionário compromete-se a exercer os direitos cedidos em estrita observância dos direitos morais do cedente" Source: corpus

unencumbered by any easement

Portuguese **livre de qualquer ônus** Source: revisão Subject field: jurídico Grammatical category: adjetivo Context: "o cedente garante ao cessionário o gozo pleno, livre de qualquer ônus, dos direitos cedidos ao abrigo dno presente" Source: corpus

unfair competition

Portuguese **concorrência desleal** Source: LATE Subject field: jurídico Grammatical category: nome Context: "reivindicando atos de concorrência desleal" Source: corpus

unless otherwise stated

Portuguese **salvo estipulação em contrário** Source: revisão Subject field: jurídico Grammatical category: locução Context: "salvo estipulação em contrário, ou salvo o contexto imponha outra interpretação" Source: corpus

W

waive

Portuguese **renunciar** Source: LATE Subject field: jurídico Grammatical category: verbo Context: "no presente contrato, o cessionário acorda expressamente em renunciar ao seu direito de ter o seu nome mencionado nos créditos" Source: corpus

without prejudice to

Portuguese **sem prejuízo de** Source: dic. jurídico maria paula gouveia andrade Subject field: jurídico Grammatical category: locução Context: "sem prejuízo de quaisquer direitos especiais anteriormente conferidos aos titulares" Source: corpus